d+i desenvolvendo ideias
LLORENTE & CUENCA

LÍDERES EMERGENTES NA ESPANHA, PORTUGAL E AMÉRICA LATINA

UM OLHAR SOBRE A LIDERANÇA DO FUTURO

Madrid, junho 2018

Barcelona • Bogotá • Buenos Aires • Cidade do México • A Havana • Lima • Lisboa • Madrid • Miami • Nova Iorque • Panamá • Quito • Rio de Janeiro • São Paulo
Santiago • Santo Domingo • Washington, DC

Índice

Introdução	3
Retrato robô do líder do futuro	4
Argentina	5
Brasil	9
Chile	13
Colômbia	17
Equador	21
Espanha	26
México	30
Panamá	34
Perú	37
Portugal	40
República Dominicana	43
Equipe de especialistas	47

Introdução

O tempo histórico acelerou. As necessidades e demandas políticas mudaram, em conteúdo e intensidade, e uma nova geração de líderes está se preparando para enfrentá-las. As equipes de profissionais de Relações Públicas da LLORENTE & CUENCA mobilizaram-se mundialmente para identificar aqueles que têm o potencial de assumir as atuais posições de líderes na Espanha, Portugal e América Latina. Personalidades que, sendo expoentes de uma terceira vertente, estão avançando em direção a posições de liderança.

Os países analisados neste documento são Argentina, Brasil, Equador, Espanha, Colômbia, Chile, México, Panamá, Peru, Portugal e República Dominicana. Embora deva ser notado que o documento não pretende incluir cada um dos potenciais protagonistas da política nos próximos anos: são todos os que estão, mas não estão todos os que são. No documento estão selecionados diferentes figuras de cada país que por suas características e projeção política, reúnem condições para liderar e contribuir para a configuração do panorama político, em um futuro mais próximo do que distante. Em uma segunda fase, cada uma das personalidades selecionadas respondeu a um breve questionário, cuja análise nos permite oferecer uma visão privilegiada daqueles que estão, hoje, em condições de influenciar decisões futuras que marcarão o rumo de seus respectivos países.

"Todos os futuros líderes compartilham uma ideia geral sobre democracia e liberdades políticas, independentemente da filiação partidária a qual pertencem"

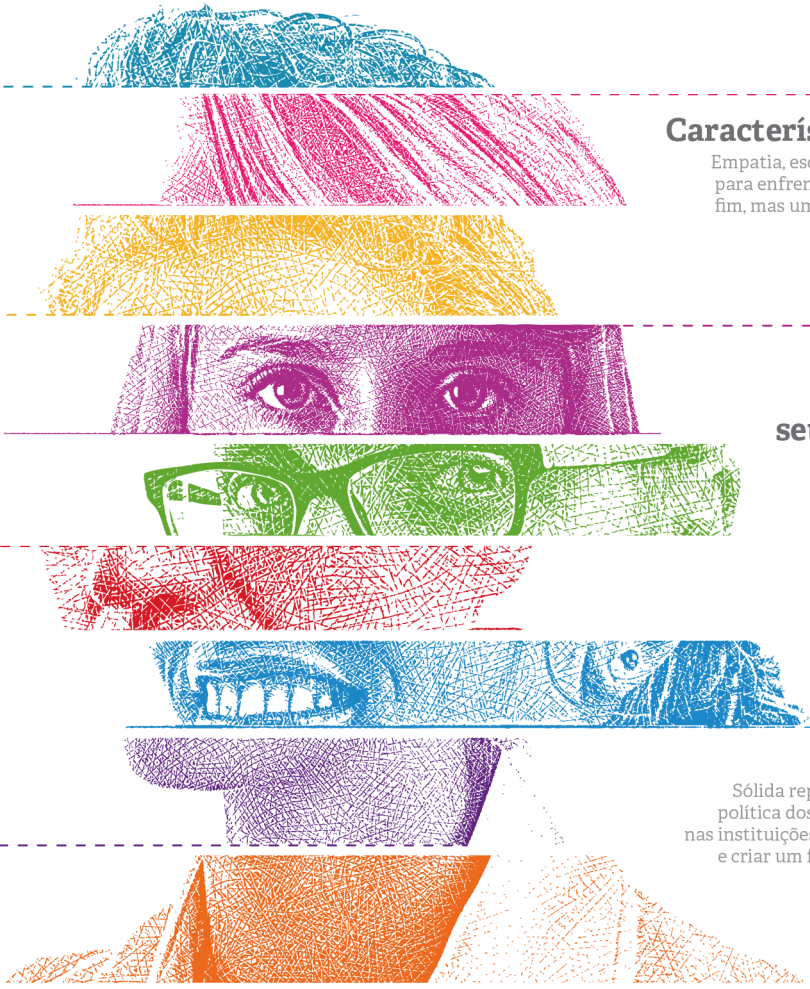
Como é lógico, os perfis dos futuros líderes que apresentamos aqui diferem em certos aspectos, mas **todos compartilham a mesma ideia geral sobre democracia e liberdades políticas**, independentemente da família política a qual pertencem. Para que não se questione o fato do marco comum a todos ter sido sempre o habitual. Assim, encontramos, em geral, homens e mulheres que defendem a necessidade de incentivar o investimento e o crescimento econômico, mas, ao mesmo tempo, insistem naquilo que deverá servir para **reduzir as desigualdades socioeconômicas e ser sustentável**. O crescimento não vale a qualquer preço. Mais uma vez, algo que nem sempre foi comum na América Latina.

Outro aspecto importante é o crescente **equilíbrio entre o número de homens e mulheres** que estão ascendendo aos principais cargos de responsabilidade nestes países. Historicamente, a política tem sido uma tarefa reservada aos homens, com notáveis exceções, mas agora **encontramos entre os líderes que despontam uma crescente participação das mulheres, algo que tem contribuído com maior sensibilidade social, pragmatismo e horizontalidade no modo de exercer a política** na região. Além disso, a crescente entrada de mulheres em cargos de responsabilidade coincidiu com uma maior atenção aos grupos historicamente excluídos, especialmente os jovens e mulheres de extratos sociais mais humildes, e as minorias indígenas em países como a Bolívia e o Equador.

Em resumo, a América Latina, Espanha e Portugal estão voltadas a uma política mais ambientalmente sustentável, mais socialmente sensível e mais igualitária entre mulheres e homens, restabelecendo o compromisso com a economia de mercado e a democracia liberal. O grupo de políticos que apresentamos aqui, em sua diversidade ideológica e em seus diferentes contextos locais, é um bom exemplo de um avanço inegável.

Retrato robô do líder do futuro

O político do futuro tem variáveis de gênero, idade e posição ideológica que mudarão dependendo do contexto local em que ele atua. Mas também reúne características compartilhadas, para além das realidades vivenciadas por cada país e das peculiaridades de seus sistemas políticos. É possível estabelecer um retrato robótico que leva em conta essa base inalterável e acrescenta algumas das características mais inovadoras de uma história marcada pela desigualdade entre homens e mulheres e a escassa presença destas últimas nas principais posições políticas.



Gênero

Homem ou mulher, 50 % de chance para cada.

Características fundamentais

Empatia, escuta ativa, comunicativo e corajoso para enfrentar os desafios. A política não é um fim, mas um meio para alcançar seus objetivos.

Ideologia

Diferenças na intervenção do Estado.

Temas prioritários condicionados por seu aspecto ideológico

Questões sociais e econômicas, crescimento inclusivo, educação, direitos da criança, desenvolvimento sustentável.

Tipo de liderança

Horizontal e cooperativa. Aposta no consenso interno e social e no pragmatismo.

Desafios

Sólida reputação para mitigar a insatisfação política dos cidadãos, restabelecer a confiança nas instituições, reduzir a desigualdade, a pobreza e criar um futuro socioeconômico sustentável.

RSS

Ferramenta fundamental na comunicação. As redes sociais se consolidam como um vínculo direto com a cidadania.

d+i desenvolvendo ideias
LLORENTE & CUENCA

Argentina

Sebastián García de Luca
Secretário do Interior da Nação Argentina

Originário da cidade de Chivilcoy, província de Buenos Aires, Sebastián Garcia de Luca (1980) compartilha algumas características políticas e experiências com outros representantes públicos proeminentes. Ele faz parte da equipe do Presidente Mauricio Macri e foi durante seu mandato como Chefe de Governo da Cidade de Buenos Aires que alcançou destaque como Diretor-Geral de Relações com as Províncias e Municípios.

A passagem pela capital federal durante os mandatos de Macri é uma das experiências que a Casa Rosada utilizou para formar as equipes, uma vez eleita para o Governo Nacional. No final de 2015, com a chegada do novo presidente, assumiu o cargo de Secretário do Interior da Nação.

García de Luca é Economista formado pela Universidade Nacional de Córdoba, tem dois filhos e, ao contrário da maioria de seus parceiros partidários e de coalizão, se declara herdeiro do peronismo e tem em Juan Domingo Perón sua referência política.

Foi secretário particular do ex-governador peronista da província de Buenos Aires, Felipe Solá, e Chefe de Gabinete do ex-Ministro peronista do Ministério da Economia, Martín Lousteau. Isso não o impede de ser um fervoroso defensor do liberal Macri e de ser um dos destaques na província mais populosa do país. E é justamente esse perfil transversal que faz de García de Luca um verdadeiro ativo político em um país que tende à excessiva polarização. Além disso, Solá dedicou muito do seu interesse político e profissional às regiões, o que também reforça seu perfil em um país que tende a ver a elite da capital com desconfiança.

De 2000 a 2015, presidiu a empresa Economía & Regiones, especializada em consultoria econômica, financeira e gestão pública. Além disso, criou a Fundação de Estudos para o Desenvolvimento Econômico e Regional da Argentina (FEDERAR) e durante sua carreira coordenou diversos projetos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em diferentes províncias do país.

Como um bom herdeiro do peronismo, defende uma visão menos individualista da sociedade argentina, que ainda é dominada por inércias culturais e por visões de curto prazo. Essa experiência e suas origens peronistas fazem dele um político com mais facilidade de entrada e compreensão de setores mais distantes do Governo. Tendo isso em mente, não é estranho que a equipe eleitoral de Macri tenha encomendado o projeto da campanha na região norte do país, durante as bem-sucedidas eleições de 2015.

Victoria Donda
Deputada Nacional pelo Partido Libres del Sur

O local de nascimento desta Deputada Nacional, eleita pela província de Buenos Aires, é significativo: sua mãe deu à luz na Escola Mecânica da Marinha (ESMA), em 1977, quando este era um centro de detenção e tortura da ditadura militar argentina. Donda teve que esperar até 2003 para recuperar sua identidade, após entrar em contato com o grupo H.I.J.O.S. e com as avós da Plaza de Mayo. O chamado Processo de Reorganização Nacional da Ditadura e sua memória são uma das bandeiras políticas da esquerda argentina, da qual Donda é representante por direito próprio, ainda que o faça a partir de uma peculiar ancoragem partidária.

Embora tenha feito parte da Frente Kirchnerista pela Vitória, por meio da aliança do seu Movimento Libres del Sur, não é afiliada a nenhum dos partidos clássicos argentinos, como o Justicialista ou o Radical. Militante do Libres del Sur, seu ativismo está mais ligado a causas relacionadas aos direitos humanos, ambientais ou sociais, o que a levou, em 2011, a se afastar do Kirchnerismo, após profundos desentendimentos com algumas leis aprovadas por Cristina Kirchner, como por exemplo aquela ligada à lavagem de dinheiro ou o veto da Lei dos Glaciares. Assim, embora em 2007 tenha sido eleita

Deputada para a frente Kirchnerista, Donda posteriormente revalidou seus mandatos com espaços de centro-esquerda, como a Frente Ampla Progressista, do Socialista Hermes Binner (2011), e o Progressistas (2015).

Sua carreira está muito focada na política interna, na qual se destacou como ativista de direitos humanos, o que a ajudou a construir sua própria biografia. Advogada formada pela Universidade de Buenos Aires, utiliza em equipe as principais redes sociais, que considera ferramentas de proximidade com os cidadãos, mais do que como instrumento de exposição pessoal. Embora tenha um perfil político focado em questões argentinas e não tenha experiência educacional fora de seu país, Donda demonstra interesse pela política regional. Sua referência política é o líder e fundador de seu partido, Humberto Tumini, embora valorize, acima de tudo, a figura do estadista de Fidel Castro, algo muito difundido na esquerda latino-americana. Mas isso não significa que ela abandone a democracia ou os procedimentos parlamentares, nos quais está totalmente envolvida, assumindo posições críticas com os grandes processos de globalização ou de atenção às mudanças climáticas.

Carolina Stanley

Ministra do Desenvolvimento Social pelo Partido Nação Argentina

A chegada, em 2007, do presidente Mauricio Macri à chefia do Governo da Capital Federal trouxe consigo a incorporação de uma nova geração de democratas liberais e democratas cristãos. Muitos deles, endurecidos pela administração difícil que coabitava com um governo Kirchner a qual se opunham, passaram à primeira fila da liderança política ou começaram a fazer parte da equipe presidencial do atual presidente Macri. Este é o caso de Carolina Stanley, atual Ministra do Desenvolvimento Social desde que Macri a nomeou ao seu Executivo Nacional, na mesma posição que já havia ocupado no Governo anterior, desde 2011.

Nascida em Buenos Aires em 1975, é Advogada graduada pela Universidade da mesma cidade e ingressou na PRO macrista em 2003. Dirigiu o Grupo Sophia, um think tank próximo ao partido, criado por Horacio Rodríguez Larreta, atual chefe do Governo. A partir daí, e entre 2004 e 2007, concentrou-se em atrair estudantes de diferentes áreas, com a sensibilidade democrata liberal e cristã, a fim de preparar uma equipe solvente que pudesse, no futuro, ser incorporada ao governo da nação, como tem acontecido. Em 2009, foi eleita legisladora de Buenos Aires pelo PRO, cargo que ocupou até 2011, quando ingressou no Executivo da cidade, na pasta de Desenvolvimento Social. Embora sua carreira tenha sido focada na política social, fala inglês e francês, e completou sua formação na Espanha e nos Estados Unidos.

Filha de um grande financiador de campanhas da década de 1990, que presidiu o Citibank, sua vocação política nasceu na Universidade, e logo cedo assumiu responsabilidades. Em 1998, durante o segundo mandato de Carlos Menem, trabalhou como consultora na Diretoria da América do Norte e Assuntos Hemisféricos do Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto. Entre 2000 e 2003 foi Assessora Política de Laura Leguizamón. Sua marca católica se reflete em sua admiração pelo Papa Francisco, sua referência política internacional, além de seu interesse e foco em assuntos relacionados à assistência aos menos favorecidos. Na política argentina, declara sua admiração pelo presidente Macri, de quem enfatiza um compromisso e tenacidade necessários em uma democracia que Stanley acredita que precisa ser transformadora depois de 12 anos de Governo Kirchner.

Nicolás Massot

Deputado Nacional e Chefe do Bloco PRO na Câmara dos Deputados

A carreira do deputado nacional e chefe da bancada pró-Governo no Congresso passou de um início mais técnico para uma segunda etapa muito mais política. Sobrinho dos ex-proprietários do jornal La Nueva, de Bahía Blanca, cidade da província de Buenos Aires onde nasceu, em 1984, é formado em Economia pela Universidade Torcuato Di Tella. Tal como acontece com tantos outros jovens políticos que agora ocupam posições de responsabilidade no Governo Nacional ou no Congresso, Massot iniciou sua carreira política no governo Mauricio Macri, na Capital Federal, em 2007.

Destacou-se em sua gestão à frente da Direção Geral de Reforma Política e Institucional do Ministério do Governo da cidade. Dali, criou o Sistema de Boletim Eletrônico Único (BUE), usado pela primeira vez nas eleições da Cidade de Buenos Aires, em 2015. Dois anos antes, em 2013, assumiu a Direção-Geral das Casas da Cidade de Buenos Aires e, em 2014, deixou o cargo para se instalar na cidade de Córdoba e organizar o projeto da campanha eleitoral presidencial do PRO naquela província. Foi essa mesma campanha que o levou ao Congresso Nacional em 2015, onde atualmente é presidente do bloco PRO, que apoia o governo Macri.

Braço direito de Emilio Monzó, atual presidente da Câmara dos Deputados da Nação, é muito crítico em relação aos governos anteriores da família Kirchner. É conhecido, entre outras coisas, por sua oposição direta ao Governo anterior e por seus esforços legislativos para que a Câmara dos Deputados possa autorizar mandados de prisão contra deputados da era Kirchner com processos criminais abertos, como é o caso do ex-ministro e deputado Julio de Vido. Seu papel é intenso na política interna, onde é um dos homens fortes na concepção e controle da estratégia política em um parlamento sem maiorias fortes e com um debate social intenso.

Desafios políticos do futuro na Argentina

A Argentina nunca foi exatamente caracterizada por sua estabilidade, embora as expectativas com o governo Macri, que assumiu o comando do país no final de 2015, fossem de que haveria mais calma política e econômica do que aquela encontrada no período de 12 anos que o antecederam, quando o país esteve sob o comando de Néstor e Cristina Kirchner. No entanto, a inflação permaneceu acima de 20% e o aumento das taxas de juros do dólar provocaram uma desvalorização insustentável do peso. Em meados de 2018, o presidente pediu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) um empréstimo condicional de US$ 50 bilhões para sustentar sua economia.

"O futuro imediato apresenta-se em um cenário de convulsão, com um crescimento dos protestos em razão do aumento de impostos, redução de subsídios e inflação, o que aumentará as demandas de sindicatos cada vez mais beligerantes"

O retorno do país ao FMI, uma das bestas feras dos argentinos, depois do regime do corralito, adotado no início do século XXI, trouxe velhos fantasmas econômicos à memória da população e deu asas a uma oposição até agora muito dividida. O ministro das Finanças, Nicolás Dujovne, admitiu que haverá mais inflação e que a recuperação econômica será adiada. Macri, entretanto, comprometeu-se com o FMI a adiantar as metas de equilíbrio fiscal para 2020. Em um país que ainda não havia emergido da recessão global, esta medida prevê cortes de gastos e aumento da agitação e dos protestos. Um contexto no qual o peronismo e o sindicalismo terão a estrutura para se unir em sua oposição a Macri. Já não está claro se o presidente ganhará a reeleição em 2019, algo que quase todos os analistas consideraram certo até há alguns meses.

Sendo assim, as perspectivas para o futuro imediato estão em convulsão, com um aumento dos protestos em razão das taxas crescentes, redução dos subsídios e inflação, o que, por sua vez, aumentarão as demandas de sindicatos mais beligerantes. Portanto, uma geração de líderes com convicções muito firmes, mas também com capacidade pedagógica e de comunicação será necessária. Dado que a batalha política é dura, também será importante ter um caráter e força emocional para não se deixar ser arrastado pelo ambiente e pela mentalidade de curto prazo predominante. Uma tarefa árdua em um país que adiou muitos anos de reformas econômicas, políticas e institucionais no calor de um debate canalizado e paralisante.

Brasil

Alessandro Molon

Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, pelo Partido Socialista Brasileiro

A trajetória política do atual Deputado Federal Alessandro Molon demonstra as profundas mudanças que o Brasil experimentou em sua composição política nos últimos anos. Nascido em Belo Horizonte, em 1971, este professor e radialista foi eleito Deputado Estadual, representando o Rio de Janeiro, exercendo o mandato entre 2003 e 2011, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), militância na qual se manteve até 2015. No ano anterior, havia sido reeleito Deputado Federal, e em plena convulsão social e política causada pela crise econômica e política que culminaria, em 2016, com o impeachment da presidente Dilma Rousseff, acabou anunciando sua integração à Rede Sustentabilidade (REDE), o partido ambientalista da ex-Ministra do Meio Ambiente do Governo Lula, Marina Silva. Em 2016, votou contra a abertura do processo que definiu o julgamento político da presidente Dilma Rousseff.

Sua trajetória política está vinculada ao estado do Rio de Janeiro, a cuja prefeitura se candidatou, e no qual passou grande parte de sua carreira integrando a Assembleia. Deixou a REDE em 2018 e atualmente representa o estado do Rio de Janeiro em Brasília, onde agora atua como Deputado Federal pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), um dos parceiros habituais da ala esquerda do PT. Essas mudanças partidárias, por outro lado, não significaram a mudança de prioridades ou ideologias centrais. Molon destacou-se nas diferentes formações das quais participou, à frente de programas e leis que favoreceram o acesso à justiça, a luta contra o trabalho escravo, o marco regulatório da internet e a redistribuição dos royalties do petróleo.

Molon foi candidato, em 2016, a Prefeito do Rio de Janeiro e agora é pré-candidato ao Governo Estadual, um dos mais importantes do Brasil. Com formação acadêmica em História e Direito, atualmente cursa um doutorado. Embora não tenha formação no exterior, é fluente em inglês, francês e italiano, além do português. É usuário assíduo e ativo das principais redes sociais. Representante da atribulada esquerda brasileira, manifesta sua admiração por Leandro Konder, filósofo marxista brasileiro, falecido em 2014, referência para a esquerda do país. Na política internacional, cita Nelson Mandela como um dos líderes que gosta de mirar-se na luta contra as desigualdades.

Manuela D'Avila

Deputada Estadual do Rio Grande do Sul, pelo Partido Comunista do Brasil

A atual Deputada Estadual para o Rio Grande do Sul é, apesar de sua juventude, uma das principais líderes do Partido Comunista do Brasil. Nascida em Porto Alegre, em 1981, sua carreira política tem sido marcada pela luta contra a igualdade social e entre homens e mulheres. Antes de ocupar o cargo na Assembleia Estadual, foi eleita, em 2005, por Porto Alegre, a mais jovem vereadora da história da mítica cidade-emblema do movimento global altermundialista. Sua carreira a levou a trabalhar como Deputada Federal entre os anos de 2007 e 2015, em Brasília, sempre para o PC do B.

De formação jornalística, iniciou sua vocação política no movimento estudantil, algo habitual nas novas gerações de políticos da esquerda brasileira. Embora nunca tenha trabalhado como jornalista, usa as principais redes sociais com agilidade, ferramentas que a permitiram ser uma das políticas com maior presença no ciberespaço. Seu discurso, no entanto, é muito crítico em relação à tributação das grandes empresas da nova economia ou em relação a vazamentos de dados. Um desafio que se situa em um plano geral de desconfiança em relação às grandes corporações, habitual na esquerda brasileira.

A partir de suas diferentes cargos, concentrou-se em questões relacionadas à igualdade entre homens e mulheres, assim como na dignificação das condições de trabalho e melhoria dos mecanismos democráticos e de prestação de contas. Não surpreende, portanto, que ela declare sua admiração por figuras da esquerda brasileira que se opuseram à ditadura militar, estabelecida no país em 1964, como Leonel Brizola. Manuela

também afirma ser herdeira de Getúlio Vargas, presidente do Brasil em diferentes ocasiões, e que ocupa um lugar de destaque no imaginário coletivo da esquerda. É neste espaço, especialmente convulsionado após a queda de Dilma Rousseff e a chegada de um presidente e um Governo para o qual não confere legitimidade, no qual D'Avila se postula como pré-candidata à Presidência do Brasil.

Joâo Amoedo

Pré-candidato à Presidência do Brasil pelo Partido Novo

Engenheiro e administrador de empresas graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Pontifícia Católica do Rio de Janeiro (PUC), Amoedo nasceu em 1962, na mesma cidade. Seu interesse não surgiu apenas em 2011, ano em que entrou ativamente na política, com a criação de seu partido Novo, para o qual agora é pré-candidato à presidência do Brasil nas eleições de 2018. O interesse remonta a alguns anos, quando, em contato com pessoas mais proeminentes do mundo empresarial e da sociedade civil, denunciou o excesso de impostos e da burocracia que impedem o país de gerar riqueza e inovar. As duas coisas são pilares essenciais da sua forma liberal de entender a economia e a sociedade.

Seu discurso é incomum no Brasil, porque embora reivindique o liberalismo econômico que também o atual presidente Michel Temer diz defender, Amoedo e o partido Novo são muito críticos aos privilégios políticos derivados da falta de divisão de poderes. Portanto, não é estranho que Amoedo declare sua simpatia e admiração, como uma referência política, por Margaret Thatcher, tendo em vista que apoia posições políticas que defendem menos Estado e mais liberalização e meritocracia, além de tecer um respeito escrupuloso pelo Estado Democrático de Direito e críticas furiosas à corrupção generalizada. Sua posição é inconfundivelmente liberal no aspecto econômico e, atualmente, representa a ala centro-direita do espectro político.

Em um país conhecido pela história recente de sua esquerda, Amoedo representa ideais que estamos acostumados a ouvir em outras tradições políticas nos poderes anglo-saxônicos. Vale ressaltar que o partido Novo se orgulha do fato de ser financiado apenas por contribuições provenientes de seus militantes e apoiadores e não por fontes públicas. Seu passado no setor financeiro, em instituições como Citibank e o Unibanco, faz com que ele seja visto com receio em um país onde a desconfiança do setor está presente inclusive em governos como o de Temer, que também o defende. Seu liberalismo econômico, por outro lado, não o impede de manter posições conservadoras em relação a questões como o aborto, a posse de armas ou o papel do Exército na segurança pública, uma das questões mais sensíveis para a opinião pública brasileira.

Fernando Haddad

Coordenador da candidatura presidencial do Partido dos Trabalhadores

De origem libanesa, este Economista e Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP) nasceu na mesma cidade, em 1963. Atualmente, é professor de Ciências Políticas na USP, embora sua carreira política esteja longe estar esgotada. Até 2017, foi prefeito de São Paulo, cargo que exerceu a partir de 2013, depois de vencer no segundo turno. Antes disso, atuou como Ministro da Educação, entre 2005 e 2012, nos governos de Lula e Dilma Rousseff, e a cujo Partido dos Trabalhadores é filiado. Supõe-se que seu nome será uma das apostas do seu partido em 2018, seja na chapa presidencial, como candidato ao Senado ou à Câmara dos Deputados.

Ativo nas redes sociais, é um político popular e, embora os últimos quinze anos tenha se dedicado ao serviço público, sua experiência anterior na iniciativa privada ampliam sua transversalidade. Entre outras coisas, foi analista de investimentos do Unibanco e entre suas mais importantes conquistas políticas destaca-se o Projeto de Lei que instituiu as Parcerias Público-Privadas (PPPs) no Brasil, aprovado quando integrava a equipe do Ministério do Planejamento. Integra a esquerda brasileira, sempre pelo PT, e detém um perfil técnico que o torna especialmente sensível a abordagens econômicas, relacionadas à importância de facilitar investimentos e gerar crescimento inclusivo.

Atualmente, é coordenador da candidatura presidencial do PT e está voltado à formulação de proposições para uma reforma política que tente por fim às contradições do país, além de combater os níveis de desigualdade econômica e social, que Haddad julga incompatíveis com o funcionamento da democracia. É nessa dupla batalha que considera o futuro da esquerda brasileira, para o qual é chamado a desempenhar um papel de destaque.

Rodrigo Maia

Presidente da Câmara dos Deputados pelo Democratas

O atual presidente da Câmara dos Deputados pertence ao partido Democratas (DEM) e é herdeiro do Partido da Frente Liberal, formação histórica da ala centro-direita brasileira, um dos pilares do presidente Michel Temer. Maia nasceu em Santiago do Chile, em 1970, onde seu pai, ex-Prefeito do Rio de Janeiro e Deputado Federal, foi exilado após o golpe militar de 1964. Em 1973 retornaram ao Brasil, onde estudou Economia na Universidade Cândido Mendes, antes de trabalhar em bancos como Icatu e BMG.

Logo lançou-se na política. Tinha apenas 26 anos quando foi nomeado Secretário de Governo da Prefeitura do Rio de Janeiro. De lá, passou à Secretaria Especial do Trabalho, onde foi responsável pela organização de feiras e mercados de rua, além de criar o Projeto Cidadania, que buscava ajudar famílias de baixa renda da cidade. Dois anos depois, aos 28 anos, foi eleito Deputado Federal pela primeira vez, cargo que revalidaria em sucessivas eleições, até hoje, em quatro eleições consecutivas. Em julho de 2016, após o impeachment de Dilma Rousseff, chegou ao cargo de presidente da Câmara dos Deputados, tornando-se o primeiro na linha de sucessão da Presidência da República.

Desde seus anos como servidor no município do Rio de Janeiro, sua atividade política tem dado especial atenção à legislação trabalhista. Destacou-se como presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público do Congresso. Seu pai, César Maia, por quem professa admiração política, voltaria a ser prefeito do Rio de Janeiro em dois períodos subsequentes, o último deles entre 2001 e 2008, além de ter sido pré-candidato à presidência da República em 2006 e 2010, também pelo partido Democratas, mas desistiu. Rodrigo Maia faz parte, portanto, de uma classe política reconhecida na ala centro-direita brasileira, e seu nome soa como um possível candidato à Presidência ou Vice-Presidência. Seu nome também está presente em alguns dos casos relacionados às investigações de subornos praticados pela construtora Odebrecht. Portanto, seu futuro dependerá do desenrolar dessas investigações.

Desafios políticos do futuro no Brasil

Desde o julgamento político e o impeachment da presidente Dilma Rousseff, o Brasil vive à beira do enfrentamento civil. Uma situação agravada pela recente prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, verdadeiro líder da esquerda do país. As eleições de 2018 colocarão de lado uma situação de interinidade tácita na qual o país se encontra desde que Michel Temer assumiu o cargo, em 2016. Nos últimos meses, a crise política registrou um aumento exponencial dos protestos sociais em razão do aumento dos preços e do crescimento da insegurança. Recentemente, uma greve dos caminhoneiros paralisou o país por vários dias, após o aumento nos preços dos combustíveis que acabaram com as margens de lucro.

"Será preciso ser transparente, não ter amarras políticas com figuras questionáveis e saber como movimentar-se em um ambiente propenso a inimigos, mantendo o status quo que os protege"

Aqueles que se elegerem, no final do ano, a cargos Executivos e Legislativos, em diferentes níveis, se encarregarão de um país atingido por diversas crises. Na esfera econômica, a liberalização do mercado de trabalho e as reformas de preços na estatal Petrobras aumentaram o desconforto e o pessimismo, além do número de protestos. Politicamente, Lula não pode concorrer às eleições presidenciais, já que foi condenado e preso, algo que acende o ânimo de muitos de seus partidários, numerosos em todo o país. Por outro lado, o populismo de traços militaristas e evangélicos do Coronel Jair Bolsonaro, cujo potencial desestabilizador é grande, e que pode acabar colhendo os frutos da instabilidade do país, se destaca nas pesquisas. Institucionalmente, após o impeachment de Dilma, há uma parte considerável do país que não reconhece legitimidade daqueles que ocupam os principais cargos no país.

O nível de corrupção e a sua generalização quebraram a confiança necessária entre os governantes e os governados. Casos como os da Petrobras e da Operação Lava Jato, ou os subornos da Odebrecht, no Brasil e em diversos países das Américas, criaram um clima irrespirável de fim de uma época e de decadência. Assim, qualquer líder do futuro próximo deve ser transparente, não ter laços políticos com figuras questionáveis e saber como movimentar-se em um ambiente cheio de inimigos, que têm a necessidade de manter um status quo que os proteja. Uma situação altamente complicada, que demandará uma mistura de talento natural, força de caráter, formação e sorte.

Chile

Felipe Kast

Fundador e senador do
Partido Evolución Política

A trajetória desse Economista, formado pela Universidade Católica do Chile e Doutor por Harvard, exemplifica bem as mudanças que a configuração partidária chilena está vivendo. Divisões ou saídas têm sido a norma na esquerda comunista, na nova maioria progressista e, também, na ala direita e centro-direita. Kast, que participou, como Ministro de Estado, do primeiro governo de Sebastián Piñera (2010-2014), fundou, em 2012, o Evolução Política (EVOPOLI), movimento que reúne políticos independentes de posição centro-direita. Para isso, teve que renunciar ao seu cargo como Delegado Presidencial para Aldeias e Acampamentos Emergenciais, encarregado de atender a essas necessidades das vítimas após o devastador terremoto de 2010.

Nascido em Santiago em 1977, este filho de um ex-presidente do Banco Central do Chile durante a ditadura de Pinochet, exerceu o cargo de deputado entre 2014 e 2018, ano em que assumiu a vaga de senador pela nova circunscrição da Araucanía. Sua vocação política nasceu ainda no colégio, quando presidiu o Centro Estudantil, e com a qual colaborou a influência de seu padrasto, Javier Etcheberry, ministro de Obras Públicas durante o governo de Ricardo Lagos. Sua referência política internacional é David Cameron, que mostrou a ele como se deslocar entre a habitual inspiração thatcheriana da direita chilena para postulados mais modernos e mais atentos às questões sociais.

Em termos de globalização e de sistema econômico, Kast é forte defensor da abertura do país ao mundo, missão que ele acredita ter funcionado bem para o Chile. Defende a melhoria da educação e a profissionalização do Estado, além da administração, que hoje encara como refém de partidos políticos. Busca renovar a ala centro-direita para colocar fim a um debate político tenso e pouco respeitoso, ambiente que define como uma "guerra fria" chilena, na qual enxerga uma esquerda ancorada na nostalgia e no extremismo político.

Giorgio Jackson

Deputado do Partido
Revolución Democrática

O movimento estudantil que realizou fortes protestos em 2011 teve Giorgio Jackson como um dos líderes. Na época, estudava Engenharia Civil em Tecnologia da Informação, estudo que concluiu e atuou como presidente da Federação Estudantil da Universidade Católica (FEUC) e porta-voz da Confederação de Estudantes do Chile (CONFECH). Nascido em Viña del Mar em 1987, fundou, um ano depois dos protestos, seu próprio partido, o Revolução Democrática, alinhado com a esquerda do espectro político chileno.

Um ano depois, em 2013, foi eleito Deputado para o período 2014 e 2018, também com o apoio da Nova Maioria, de centro-esquerda, que não apresentou candidato em seu círculo eleitoral. A partir de 2016, foi um dos fundadores da Frente Amplio, uma coalizão política chilena formada por partidos políticos e movimentos de esquerda, liberais igualitários e cidadãos que buscam superar o bipartidarismo chileno, formado pela Nova Maioria e pelo Chile Vamos. Em 2017 conseguiu ser novamente eleito como Deputado, cargo que ocupa atualmente. Jackson foi um dos artífices da candidatura de Beatriz Sánchez para o Frente Ampla, que conquistou merecidos 20% dos votos.

Como bom representante da esquerda chilena, tem Salvador Allende como uma de suas inspirações, embora também mencione Frida Khalo como modelo para a rebelião cultural. Usuário regular das principais redes sociais, sua experiência e interesse são mais focados na política interna do que nos assuntos globais. Enfatiza a necessidade urgente

de redistribuir o poder econômico e combater as desigualdades e o classismo, além de reduzir a corrupção. Também tem se concentrado em questões sociais e, a partir de sua posição no Congresso, conseguiu criar uma comissão de investigação de Bairros Críticos, que debate o papel da polícia e o abandono do Estado nos setores mais vulneráveis do país. Seus mandatos foram caracterizados pela transparência, participação, proximidade com a cidadania e ativismo digital. Embora tenha declarado sua intenção de não acumular mais de dois mandatos, é um dos políticos mais promissores do Chile.

Felipe Harboe

Senador e político do Partido para a Democracia

O Partido da Democracia do Chile, que o senador Felipe Harboe ajudou a fundar, é definido como progressista, democrático, progressista e igualitário. Fazia parte da frente Concertacíon, ligado à ala centro-esquerda e, nas últimas eleições presidenciais, da Nova Maioria, que o substituiu. Harboe, nascido na Holanda, em 1972, fez parte de vários governos, em posições como o de Vice-Ministro dos Carabineiros, no Ministério da Defesa, e o de Subsecretário do Interior durante as presidências de Ricardo Lagos e Michelle Bachelet. Renunciou ao cargo para ocupar a vaga de Deputado Suplente do Distrito 22, para posteriormente ser reeleito para o período 2010 e 2014.

Nas eleições parlamentares para o período que compreende 2014 e 2018, foi eleito senador. É membro das comissões permanentes da Agricultura e de Constituição, Legislação, Justiça e Regulação, além de presidir esta última. Advogado graduado pela Universidade Central do Chile, também foi professor na Escola de Governo. Seu interesse pelas políticas de segurança levou-o a concluir sua formação na Espanha e no Reino Unido, onde expandiu seus conhecimentos sobre segurança em estádios. As melhorias empreendidas nesta área, no Chile, lhe renderam elogios generalizados.

Sua vocação política nasceu cedo, no Colégio, e manifesta sua admiração por figuras moderadas da ala centro-esquerda chilena, como o ex-presidente Ricardo Lagos. No âmbito internacional, mostrou interesse pelo legado unificador de John Fitzgerald Kennedy e Winston Churchill, líderes que conseguiram convocar um país para grandes realizações coletivas. A luta contra a corrupção, a desigualdade social e a falta de sentido cívico estão entre as suas prioridades políticas. Embora se declare herdeiro da esquerda chilena, acredita que o progressismo chileno deve deixar para trás o debate dividido do golpe militar com uma nova geração de líderes de centro-esquerda, capazes de se concentrar pragmaticamente em novos desafios.

Carolina Goic

Senadora e política do Partido Democrata Cristão

A agitada história recente do partido Democracia Cristã (DC), no Chile, reflete-se na trajetória de Carolina Goic, nascida em Santiago, em 1972. Embora o DC fizesse parte da liga Concertación e do Nova Maioria, da ala centro-esquerda que governou o Chile por 24, dos últimos 28 anos, desde a recuperação da democracia, as lutas internas dos últimos anos realocaram o partido, que em 2017 apresentou sua própria candidatura. Carolina Goic obteve 5,88% dos votos em um contexto complexo para seu partido, que havia sofrido a divisão de sua ala mais direitista. No início de 2016, foi nomeada presidente do DC, cargo no qual se manteria até o final de 2017.

Graduou-se como Assistente Social pela Universidade Católica do Chile, instituição na qual mais tarde faria um mestrado em Economia. Sua carreira política começou em 2002, quando foi nomeada Secretária Regional Ministerial (SEREMI) de Planejamento, na cidade de Magallanes, durante o governo de Ricardo Lagos. Foi eleita Deputada para o período de 2006 a 2010 e, posteriormente, para o período de 2010 a 2014. Naquele ano, apresentou sua candidatura ao Senado e, dois anos depois, antes da renúncia do então presidente de seu partido, assumiu as rédeas do DC. Renunciou à sua posição no Senado, para qual foi eleita em 2017, para ser a candidata de seu partido às eleições presidenciais deste ano.

A visão e os interesses políticos de Goic são mais próximos aos clássicos postulados da Democracia Cristã Europeia do que aqueles do liberalismo econômico do centro-direita chileno. Não é de admirar, portanto, que declare sua admiração por Angela Merkel ou pela moderação do segundo presidente chileno depois de Pinochet, Eduardo Frei. Entre suas várias posições, insistiu na luta contra a corrupção, que considera a principal ameaça à democracia. É forte também sua mensagem sobre a necessidade de melhorar a qualidade da educação, área para qual fornece uma proposta que inclui o cuidado e a atenção às crianças em situação de vulnerabilidade social. Em sua atuação parlamentar, destacou a extensão da licença maternidade, a permissão para que pais com crianças gravemente doentes sejam licenciados para promover o cuidado necessário, assim como a Lei Nacional contra o câncer.

Desafios políticos do futuro no Chile

O país andino tem sido, historicamente, um refúgio de paz em um continente marcado pela instabilidade. No entanto, o Chile assistiu a protestos e mobilizações nos últimos anos que são um sintoma de uma mudança de tendência. Particularmente significativa foi aquela movida por estudantes em 2011. A crise global não passou longe do Chile, embora a estabilidade macroeconômica e a habitual alternância na presidência, entre as alas centro-esquerda e centro-direita, tenham sido mantidas.

Ainda que atualmente governe a centro-direita de Sebatián Piñera – que já havia sido presidente entre 2010 e 2014 –, é na esquerda onde se constatam mais mudanças nesses anos. Do protesto estudantil surgiram líderes sociais que hoje ocupam assentos de partidos de esquerda, com grande capacidade de mobilização e que condicionam o debate. O legado de Pinochet deixou um país dedicado ao liberalismo da Escola de Chicago, e os sistemas públicos de educação superior e saúde dificilmente atendem às necessidades. Essa foi uma das razões pelo desencadeamento da crise de 2011. Além disso, os níveis de desigualdade são altos, em parte devido a uma rede de proteção social menor do que em outras economias do tamanho e desenvolvimento do Chile.

"O político chileno dos próximos anos deve empreender um processo de reforma que equilibre a participação pública e privada e reduza o abismo entre ricos e pobres"

Por essa razão, o político chileno dos próximos anos deve empreender um processo de reforma que, ao contrário de outros países, equilibre a participação pública e privada na provisão de serviços básicos e que promova, ao mesmo tempo, a redução da distância entre ricos e pobres, em um contexto global marcado pela denúncia contra a desigualdade, uma das causas do mal-estar geral nas democracias liberais. A sorte é que eles serão capazes de fazê-lo dentro de um quadro de estabilidade geral, tanto política quanto social e econômica.

Colômbia

David Barguil

Representante da Câmara e Senador eleito pelo Partido Conservador

A realidade colombiana mudou profundamente nos últimos anos e, com ela, sua configuração política. O Partido Conservador, ao qual David Barguil pertencia e com o qual presidiu o país entre 2014 e 2016, tornou-se oposição, e agora está mais próximo do ex-presidente Uribe, grande adversário de Santos e crítico ferrenho dos Acordos de Paz de La Havana. Foram anos intensos e transformadores, nos quais este Congressista, nascido em Cereté, Córdoba, em 1981, destacou-se como representante de iniciativas legislativas em diferentes setores, como o da telefonia, cimento, eletricidade e o bancário.

Iniciou sua trajetória política muito cedo, nos anos 2000, quando trabalhou na campanha de um ex-ministro do Conselho de Bogotá. Enquanto isso, estudou Finanças, Governança e Relações Internacionais na Universidade Externado da Colômbia, onde especializou-se em Direito Contratual e Relações Jurídicas Negociais. Completou sua formação com ajuda de uma bolsa para estudar Economia e Política na Universidade de Montreal, no Canadá, o que lhe permitiu falar fluentemente inglês. Atualmente cursa o Mestrado em Liderança Positiva e Estratégia no Instituto de Empresa da Espanha. Chegou à Câmara em 2010 como representante de Córdoba, eleito pelo Partido Conservador. Nas eleições de 2018, retornou ao Congresso depois de ter desempenhado diferentes funções, como a de chefe do debate da Campanha Presidencial da conservadora Martha Lucía Ramírez, em 2014.

Casado com a filha do ex-presidente e líder do Partido Liberal, César Gaviria, Barguil é usuário ativo das redes sociais em um país que foi pioneiro no uso intensivo do Twitter como ferramenta política. Admira Winston Churchill por sua tenacidade e energia em tempos complexos e se declara a favor de uma globalização econômica que deveria ser mais inclusiva. Afirmação que vai ao encontro de suas iniciativas políticas e legislativas, entre as quais destacam-se projetos que proibiram as cláusulas de fidelização na área da telefonia móvel; denúncias contra o cartel de cimento, que terminou com uma multa histórica para as empresas do setor; ou iniciativas para acabar com a mau atendimento que a companhia Electricaribe oferecia a seus usuários no norte do país, denúncia que terminou com a intervenção da empresa por parte do governo.

Carlos Fernando Galán Pachón

Senador da República da Colômbia

Na Colômbia, são comuns as famílias políticas, mas poucas se referem a um caráter que gera tanto consenso quanto a figura do renovador do Partido Liberal, Luis Carlos Galán, assassinado em 1989 por ordem de Pablo Escobar. O político estava, na ocasião, prestes a assumir a Presidência e que, em sua substituição, empossou César Gaviria. Carlos Galán, filho de Luis Carlos, tinha, naquela época, doze anos e o acompanhava em comícios e eventos de campanha. A vocação política de Carlos Galán, portanto, começou muito cedo, e o assassinato de seu pai é, como ele mesmo reconhece, um momento chave para definir sua carreira. Isso se deu também pela proximidade que mantinha com o Presidente Gaviria, a quem acompanhou entre os anos de 2000 e 2001, quando este foi presidente em Washington da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Sua carreira política, no entanto, não está vinculada ao Partido Liberal, mas à formação do partido Mudança Radical, liderado pelo ex-Vice-Presidente Germán Vargas Lleras. Chegou a presidir o partido, embora tenha renunciado às suas funções em razão de um profundo desacordo em relação à maneira de eleger seus candidatos. Por essa filiação, foi conselheiro em Bogotá em 2007 e, pela Prefeitura, foi um dos pilares da denúncia da corrupção que levou o prefeito Samuel Moreno à prisão. Em 2012 foi nomeado Secretário de Anticorrupção e de Transparência por Juan Manuel Santos. Foi, entre 2014 e 2018, Senador, cargo do qual também se demitiu em razão de divergências com o seu partido político. No momento, é visto como uma das forças políticas fortes para o cargo de Prefeito de Bogotá. Estabelece a luta contra a desigualdade e a corrupção como as prioridades de sua ação política, assim como as reformas educacionais, judiciais e políticas, em busca de um país que gere riqueza de maneira mais inclusiva.

Por sua formação e experiência, fala fluentemente inglês e francês e tem focado sua atenção em questões regionais, como a deterioração da Venezuela. É especialista em Governança, Administração e Relações Públicas pela Universidade Externado da Colômbia e em Relações Internacionais pela Georgetown University (Estados Unidos). Além disso, destaca-se por seu trabalho como jornalista. Foi correspondente da revista Semana, uma das mais influentes da Colômbia, e em Washington, atuou como editor político do jornal El Tiempo. Foi, inclusive, por este jornal que ganhou, em 2007, o Prêmio Nacional de Jornalismo, concedido pelo Círculo de Jornalistas de Bogotá, por ter desenvolvido o melhor trabalho na imprensa, com artigos relacionados à política.

Claudia López

Senadora pelo partido
Aliança Verde

A Colômbia viveu anos de polarização política, ficando dividido entre aqueles que defenderam o ex-presidente Álvaro Uribe e os que estavam ligados ao presidente Juan Manuel Santos. Entre estas duas representações nasceu, nos últimos anos, um movimento político conhecido como "Ni-Ni", do qual faz parte a Senadora Claudia López, nascida em Bogotá, em 1970. López integra o Partido Verde, e embora tenha sido escolhida como candidata de seu partido para disputar as eleições presidenciais em 2018, decidiu apoiar a Coalizão Colômbia, liderada pelo ex-prefeito de Medellín e ex-governador de Antioquia, Sergio Fajardo, tendo-o como candidato presidencial oficial, e ela a posição de vice-presidente. Esta coalizão conquistou um merecido terceiro lugar nas últimas eleições, alcançando mais de 23% dos votos totais.

Sua carreira política é marcada por seu compromisso com o movimento estudantil "7 Cédulas", forte entre 1989 e 1990, e considerado fundamental para iniciar o processo de renovação desencadeado pela Constituintes de 1991. Neste período, graduou-se em Finanças, Governança e Relações Internacionais pela Universidade Externado da Colômbia, além de ter concluído o mestrado em Administração Pública e Política Urbana pela Universidade da Columbia, em Nova York. Fala fluentemente inglês, idioma no qual atualmente cursa o doutorado pela Universidade Northwestern, em Chicago, graças a uma bolsa Fullbright. Em 2009, foi eleita pela Universidade de Yale como uma das 15 mais importantes líderes mundiais, no âmbito do programa World Fellow.

Trabalhou como consultora para as Nações Unidas em projetos sociais e foi Conselheira Presidencial para a Juventude e Controladoria do Distrito de Bogotá. Além disso, combinou sua atuação política com um intenso trabalho como analista e comentarista em um dos principais meios televisivos e de impressa escrita da Colômbia. É admiradora de John F. Kennedy e da mãe do ex-presidente norte-americano. É professora e sindicalista, tendo assumido uma cadeira no Senado em 2014, onde se destacou por sua feroz crítica às ligações entre política, o paramilitarismo e cartéis de drogas. Seu ativismo levou-a a ser uma das pessoas mais denunciadas por seus rivais em casos de difamação. Destaca-se pela luta contra a corrupção e pela busca de maior transparência e prestação de contas em um país que não separa bem esses assuntos. Daí a sua proposta de realizar a Consulta Popular sobre Anticorrupção, uma iniciativa cidadã que procura aplicar sete mandatos anticorrupção para impor controle aos corruptos.

Cristina Plazas

Diretora-Executiva do partido Reconciliación Colombia

O presidente Juan Manuel Santos terminou seu mandato com mais admiração estrangeira do que com popularidade interna, embora seu trabalho tenha deixado um legado duradouro pelo qual sua equipe reivindica um herdeiro. Entre eles, está Cristina Plaza, secretária particular do presidente entre 2012 e 2014, ano em que se tornou diretora do Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar (ICBF) até o ano de 2017, ano em que deixou o Governo. Atualmente, é diretora executiva da Chapa Reconciliação Colômbia, uma iniciativa formada por 81 entidades que buscam influenciar o pós-conflito e consolidar a paz alcançada a partir dos Acordos de la Havana.

Sua formação é jurídica. É Advogada graduada pela Universidade Javeriana de Bogotá e especializada em Direito Administrativo pela Universidade de Rosário. Iniciou sua carreira política em Bogotá, como conselheira para o partido Mudança Radical, entre 2003 e 2007, para posteriormente acompanhar o presidente Santos no Ministério da Fazenda. Desde então, tem acompanhado o presidente como secretária em vários cargos, até ocupar a função de secretária particular. Sua defesa da paz e das conversações de Santos com as FARC e o ELN coincide com sua admiração pelo pacifismo de Mahatma Gandhi.

Assídua no Twitter e em outras redes sociais, sua posição política combativa contra a corrupção levou Plazas a vivenciar momentos tensos que a Justiça sempre julgou a seu favor. Este é seu principal objetivo e pelo qual gostaria de ser lembrada, embora sua atenção política também se concentre nas crianças e nos direitos infantis em um país com altos níveis de exclusão e desigualdade social. Sua proximidade com Santos faz dela uma das pessoas com mais acesso às principais figuras do Poder do Estado em anos cruciais da história colombiana.

Rodrigo Lara Restrepo

Presidente da Câmara dos Representantes para o Partido Cambio Radical

A história recente da Colômbia foi marcada pelo assassinato, em 1984, de Rodrigo Lara Bonilla, então ministro da Justiça do Governo de Belisario Betancur. O cerco aos chefões do narcotráfico converteu-o em inimigo número um do líder do cartel de Medellín, Pablo Escobar. Seu filho, Rodrigo Lara Restrepo, é hoje presidente da Câmara dos Deputados, eleito pelo partido Mudança Radical e um dos mais proeminentes jovens políticos do país. Nascido em Neiva, em 1975, passou a juventude e os primeiros anos de formação na Suíça, no Reino Unido e na França.

Retornou à Colômbia para estudar Direito na Universidade Externado, embora logo tenha voltado à Europa para obter o Diplôme International d´Etudes Politiques, concedido pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris (Sciences Po), e o mestrado pela Escola Nacional de Administração (ENA) da França, de onde brotam talentos líderes no país gaulês. Por isso, domina perfeitamente o inglês e francês. É usuário ativo de redes sociais, especialmente Twitter e Facebook, no qual publica assuntos políticos, e Instagram, como um aplicativo mais pessoal. Integrou os Governos de Álvaro Uribe, no cargo de assessor do Alto Conselheiro Presidencial para a Ação Social, e na função de diretor do Programa Presidencial para a Eficiência, Transparência e Combate à Corrupção.

Embora a carreira política de seu pai seja conhecida pela luta contra o narcotráfico e influência no Estado, Restrepo tem se concentrado mais na modernização do Estado e dos poderes que o integram. Embora não seja conservador, declara sua admiração por Margareth Thatcher e por sua capacidade de superar e triunfar em uma sociedade profundamente patriarcal. Na Colômbia, se inspira no exemplo de María Cano, líder do sufrágio, sindicalista e operária dos anos 1920, uma das precursoras do marxismo na Colômbia. É um político pragmático e reformista e, entre 2015 e 2017, foi líder da chapa Mudança Radical, cargo que deixou para assumir a Presidência da Câmara dos Deputados.

Desafios políticos do futuro na Colômbia

O processo de paz traçado com as FARC, que culminou nos Acordos de La Havana e a desmobilização da guerrilha mais antiga do continente, definiu um antes e um depois na Colômbia. Embora o desafio de desmobilizar a ELN, outra das principais guerrilhas, ainda esteja pendente, os desafios de segurança do país andino serão diferentes, estritamente policiais, contra as gangues criminosas herdadas dos paramilitares. Não é um desafio menor, mas de natureza diferente, menos condicionante do debate político clássico, entre opções progressistas ou conservadoras. Uma dicotomia que só existiu nas últimas eleições presidenciais da Colômbia. Uma página triste foi virada e a política deve mudar também.

"Consolidar os acordos e implementar reformas sociais sem despertar, assim, a suspeita do uribismo e de setores sociais conservadores a quem ele representa"

Os desafios são imensos e relacionados à integração da vida civil dos guerrilheiros, à substituição aos cultivos e à luta contra a desigualdade em um dos países mais desiguais da América. O presidente que deixou o cargo, Juan Manuel Santos, fez progressos nessas áreas, mas o Acordo de Paz é recente e será, sem dúvida, um legado que nas próximas gerações poderá alcançar alturas mais notáveis. Porque a verdade é que a Colômbia tem tudo: recursos naturais, acesso aos dois oceanos, capital humano e uma boa posição geográfica. Não tinha estabilidade geral em razão dos conflitos armados com as guerrilhas, fato que tem atuado como freio às grandes reformas socioeconômicas.

Por sua vez, o país é politicamente muito polarizado. Algo natural após um processo de paz que nem todos entenderam. O ex-presidente Álvaro Uribe assimilou, ao longo dos anos, essa rejeição e a capitalizou politicamente em um novo partido, o Centro Democrático, cujo candidato a presidente, Ivan Duque, está às portas da Casa de Nariño, sede do Palácio Presidencial. Uribe, atualmente senador, é um político muito popular, mas que gera rejeição em muitos setores, como o de esquerda e de centro. Sua capacidade de mobilização e condicionamento do debate político é muito amplo, de modo que uma das virtudes dos próximos líderes colombianos deve ser a de consolidar os acordos e implementar reformas sociais sem despertar, assim, a suspeita do uribismo e de setores sociais conservadores a quem ele representa. Seja como for, o ambiente será infinitamente melhor do que aquele encontrado pelos líderes dos últimos quarenta anos e é por isso que só podemos ser otimistas sobre o futuro da Colômbia.

Equador

Patricio Zambrano Restrepo

Representante Permanente da República do Equador junto da UNESCO

A esquerda equatoriana está formalmente dividida entre os partidários do ex-presidente Rafael Correa e seu sucessor, Lenin Moreno. No entanto, em altos cargos de responsabilidade no país permaneceram políticos que trabalharam durante os anos do primeiro mandatário. É o caso de Patricio Zambrano, nascido em Quito, em 1969, Sociólogo graduado pela Universidade de Paris VIII e, atualmente, representante permanente da República do Equador junto à UNESCO. Após seus anos de formação na França, completou os estudos com um mestrado em Estudos Latino-Americanos, com especialização em Relações Internacionais pela Universidade Andina Simón Bolívar, com sede no Equador. Mais tarde, conquistou outro diploma em Políticas Públicas e Integração pelo Instituto de Altos Estudos para a Integração e Desenvolvimento de Bogotá, Colômbia.

Graças a seus anos de formação no exterior, Patricio Zambrano fala e escreve em francês com fluência. Antes de ser nomeado representante da UNESCO, serviu como Ministro da Defesa no gabinete do Presidente Lenin Moreno e ocupou, também, vários cargos na administração durante os anos do mandato do Presidente Correa. Entre eles, o de vice-presidente da representação equatoriana no Parlamento Andino e na Presidência da Comissão Especial de Transparência e Combate à Corrupção do mesmo Parlamento. É também Presidente Nacional do Partido Socialista Equatoriano, o mais antigo do país entre os que mantêm influência e poder.

Dada a sua afiliação e militância socialista, além de seus anos na França, não é de se estranhar sua admiração pelo ex-presidente François Mitterrand. Na política latino-americana, sente-se ligado ao brasileiro Luís Inácio Lula da Silva, do uruguaio José Mujica e da chilena Michele Bachelet, da ala socialdemocrata, em um ambiente mais polarizado entre os discursos mais liberais e outro polo bolivariano. É esta a posição intermediária a qual o governo de Lenin Moreno pertence, e da qual faz parte, a partir de uma posição de alta responsabilidade.

Guillermo Celi

Deputado Nacional do Equador e Presidente Nacional (E) do Partido Suma Equador

A democracia, as liberdades individuais e a liberdade de expressão passaram por anos difíceis durante a década governada pelo socialismo do século XXI no Equador (2007-2017), período em que o debate político conheceu níveis de tensão incomuns e se deparou com uma pseudo-esquerda hegemônica, não só no país, mas também no continente.

Essas circunstâncias criaram a necessidade de formação de novas lideranças, com uma visão moderna da sociedade e com a capacidade de ouvir as pessoas. Entre os mais importantes desta nova geração de políticos está Guillermo Celi, nascido na cidade de Portoviejo, em 1976, em uma família de tradição política no Equador. Uma de suas referências é Eloy Alfaro, nascido na mesma província de Celi. Alfaro, ex-presidente do país e líder da revolução liberal ocorrida entre 1895 e 1924, marcou o início de grandes transformações no país.

Atualmente, e desde 2017, é Deputado Nacional do Equador, câmara na qual é membro da Comissão de Governos Autônomos, Descentralização, Competências e Organização Territorial dos Governos Autônomos. É Advogado formado pela Universidade Católica do Equador e Doutor em jurisprudência.

Iniciou sua atividade pública em 2009, constituindo um grupo de cidadãos chamado Ecuador Pragmatico e, em seguida, participando das eleições seccionais daquele ano como candidato à Prefeitura de Manabí, apoiado por várias organizações políticas.

Em 2012, junto com milhares de equatorianos, fundou o SUMA, um movimento político, de posição central, que promove o Modelo de Governo Responsável, do qual Celi é seu Presidente Nacional (E).

Vem da Academia, onde foi professor da Universidade Católica de Santiago de Guayaquil, da Universidade San Gregorio de Portoviejo, tendo atuado também como Advogado de livre exercício.

Em uma dinâmica que se estende a outros líderes da ala centro-direita regional, defende a liberdade individual e econômica, ao mesmo tempo em que exige maior atenção aos efeitos da globalização comercial e da abertura econômica. Em seu trabalho político, insistiu na necessidade de tornar o mercado de trabalho mais flexível, em melhorar a educação para se adaptá-la às novas dinâmicas globais e favorecer um amplo programa de bolsas de estudo e créditos para estudantes de baixa renda. Tem adotado um tom bastante crítico em relação a Correa, a quem ele acusa de ter degradado a qualidade das instituições do país, a ponto de colocá-las à beira do colapso por falta de transparência e do populismo. Celi é um liberal moderno, com uma profunda convicção social, em um país que, de acordo com sua denúncia, foi cooptado por lealdades partidárias e pela corrupção, que precisam ser revertidas.

É pragmático e apaixonado por promover uma transformação tecnológica no país, que aponte para a modernização do campo, com processos agroindustriais, que também atendam a pequenos e médios produtores, além do impulso ao empreendedorismo e criação de uma ampla plataforma de serviços, o que inclui um forte incentivo ao turismo e a criação de Polos de Desenvolvimento.

Está convencido de que a institucionalidade do país, a independência e autonomia dos poderes do Estado, bem como a segurança jurídica, são os caminhos para um Equador melhor.

Fabricio Villamar Jácome

Membro da Assembleia Nacional pela Privíncia de Pichincha

Dentro do grupo heterogêneo de partidos que se opõem a Rafael Correa, está o Movimento CREO, ou Criando Oportunidades, do qual faz parte o Advogado Fabrício Villamar, nascido em Quito, em 1969. Villamar também preside o Conselho Cantonal da capital do Equador e é membro da Assembleia Nacional para a província de Pichincha, para o qual tem mandato até 2021. Faz parte da Comissão de Soberania, Integração, Relações Internacionais e Segurança Integral e é Vice-Presidente da Comissão Ocasional para processar a reforma abrangente da Lei de Trânsito no país.

Complementou sua formação com um Doutorado em Jurisprudência pela Universidade Católica do Equador, além de estudos na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais do Equador, na área da Governança Municipal. Tem diploma em Governança e Liderança Política pela IDE - Business School e também pela Escola de Política Latino-Americana da Universidade de Salamanca. Iniciou sua experiência política desde que assumiu o cargo de vereador de Quito em 2009, posição na qual se destacou pelo impulso da Portaria 267, que regula os cenários e eventos esportivos. Embora tenha uma posição no âmbito da política nacional, entre suas aspirações está tornar-se prefeito de Quito.

Declara sua admiração pelo ex-presidente Jaime Roldós, o primeiro presidente eleito após o retorno da democracia ao país. Na arena internacional, projeta sua atenção e é inspirado por John F. Kennedy.

Usa regularmente as principais redes sociais e também trabalha em inglês. Em seu diagnóstico, aponta que o país precisa urgentemente recuperar a institucionalidade, restabelecer o equilíbrio da divisão de poderes, transparência e fiscalização. No primeiro ano da legislatura promoveu várias iniciativas legais, como o Projeto de Lei para

proteger denunciantes de atos de corrupção, a tipificação, como uma ofensa autônoma, de ataques provocados com ácido contra as mulheres, emendas à Constituição para que a comunicação seja considerada um direito humano e não um serviço público e foi um dos interpelantes do primeiro julgamento político realizado pela oposição contra o Superintendente de Informação e Comunicação, que foi censurado e demitido pelo Plenário da Assembleia Nacional.

Alinhado com seu posicionamento liberal, está comprometido com o retorno do Equador à economia mundial depois de mais de dez anos de um governo que considera muito negativo.

Cristina Reyes Hidalgo

Membro da Assembleia Nacional do Partido Social Cristão

O foco político e o liberalismo não têm sido fáceis no Equador nos últimos anos. O país esteve politicamente polarizado e foi governado com muito intervencionismo por Rafael Correa durante seus dois mandatos, entre os anos de 2007 e 2017. A chegada de Lenin Moreno, vice-presidente de Correa, mas agora como oposição, significou um retorno ao tom pluralista e aberto em que Cristina Reyes Hidalgo, nascida em Guayaquil, em 1981, membro da Assembleia Nacional do Partido Social Cristão (PSC), se desenvolve.

É Advogada e graduada em Ciências Sociais e Políticas pela Universidade Católica de Santiago de Guayaquil, cidade da qual era Conselheira, depois de ter participado, em 2007, como integrante da Assembleia Constituinte, representando o PSC. Posteriormente, foi eleita em duas ocasiões como Deputada Nacional, cargo que ocupa atualmente, com mandato até 2021. Durante anos, alternou seu início na vida pública com a graduação em Comunicação Social, na Universidade de Loja, além do curso de pós-graduação e o mestrado, obtidos pela Universidade Francisco de Vitoria, na Espanha, na área da Ação Política.

Usuária regular das principais redes sociais, é politicamente moderada e apoia a abertura e o pluralismo e, por isso, declara a sua admiração por Justin Trudeu, primeiro-ministro canadense. Enxerga nele o respeito e a moderação típicos do liberalismo clássico, uma ideologia que entende como a melhor maneira de reforçar a institucionalidade de seu país, que considera ter sofrido muito com o presidente anterior. Na política interna, opta por nomes como o de Jaime Nebot, atual prefeito de Guayaquil, quando fala de líderes que a inspiram. Seus projetos de maior destaque têm a ver com a participação cidadã e social, assim como o de promoção de empreendimentos, defesa dos direitos dos trabalhadores, aposentados, mulheres e jovens e refletem bem o posicionamento político sobre temas essenciais. Finalmente, sua base tem sido a luta permanente, no nível institucional, pela transparência e contra a corrupção.

Lourdes Tibán Guala

Membro do Fórum Permanente das Nações Unidas para Assuntos Indígenas

O foco da oposição a Rafael Correa recai, geralmente, sobre os partidos de centro-direita, mas também houve oposição a partir das alas esquerda e indígena. No referido grupo, está Lourdes Tibán, que foi membro da Assembleia Nacional, até 2017, para o Movimento Pachakutik e que, atualmente, é membro do Fórum Permanente das Nações Unidas para questões indígenas. Nascida em Salcedo, em 1969, concentrou-se no reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, assim como na luta pela igualdade entre homens e mulheres. Fala Kichwa, além do espanhol, e é uma referência política no movimento indígena.

Sua formação é jurídica. Possui Doutorado em Direito pela Universidade Central do Equador e quatro mestrados, um na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, outro na Universidade das Américas, outro na Universidade dos Andes e outra referente a Direitos Humanos, que cursou no México. Esses estudos são um verdadeiro reflexo de suas prioridades políticas. Foi escolhida pelo Movimento Pachakutik como candidata à Presidência da República. No entanto, o partido declinou a candidatura depois deste expressar seu apoio ao candidato do Partido da Esquerda Democrática.

É usuária habitual e pessoal das principais redes sociais, como Facebook e Twitter. Em consonância com seu interesse de melhorar a posição social feminina, suas referências políticas são mulheres equatorianas que fizeram parte da história recente do país, como a ex-juíza do Tribunal Constitucional, Nina Pacari, Blanca Chancoso e Tránsito Amaguaña. Seu diagnóstico do estado da democracia no Equador é pessimista, sobretudo por causa da corrupção, da falta de divisão de poderes e do encolhimento de espaços de opiniões dissidentes. Além de todas essas questões, busca trabalhar para reduzir outro dos grandes males do Equador: a desigualdade e a pobreza.

Desafios políticos do futuro no Equador

A vitória do ex-vice-presidente de Rafael Correa, Lenin Moreno, inaugurou um período de relativa continuidade entre o ex-presidente e seu sucessor, aliados da esquerda latino-americana. Nada poderia estar mais longe da verdade. O processo de inimizade total entre os dois é irreversível, de modo que Correa é agora o principal adversário do presidente que ele apoiou. Lenin, de caráter mais moderado e aberto, renegou algumas das reformas de seu antecessor, o que tornou o ambiente político bastante tenso. O ex mandatário voltou de seu retiro na Bélgica para exercer o papel de oposição em tempo integral e se propôs a derrubar Moreno.

No entanto, a situação não parece suficientemente grave para duvidar da estabilidade do Governo. Correa é cada vez mais impopular entre muitos setores do Equador, exatamente o oposto do que acontece com Moreno. Além disso, a situação econômica é estável, após alguns anos difíceis, em razão do terremoto devastador sofrido em 2016 e do colapso da crise econômica global, que chegou mais tarde, mas com força à América Latina.

"Contar com experiência e conhecimentos técnicos serão exigências, mas também com sensibilidade social e capacidade política para tecer acordos"

De modo que os futuros desafios políticos no Equador passarão por saber como acalmar os ânimos sociais e políticos, com uma capacidade reformista tão alta quanto a capacidade de convencer e chegar a acordos. Em alguns casos, será necessário ter apoio da ala centro-direita e daquelas vinculadas ao liberalismo, que esteve prestes a vencer o segundo turno das eleições presidenciais, e para outros, de natureza mais social, deve contar com os partidários de Rafael Correa. Porque a verdade é que reformas de todos os tipos serão necessárias, começando com aquelas relacionadas ao funcionamento de uma economia dolarizada, em pleno contexto de um aumento da taxa de juros do dólar. Por outro lado, os desafios sociais relacionados à pobreza, precariedade e desigualdade continuam sendo enormes. Será necessário ter experiência e conhecimentos técnicos, mas também sensibilidade social e capacidade política para tecer acordos.

Espanha

Pablo Casado

Pré-candidato à presidência do Partido Popular

Apesar de sua juventude e do fato da vida política espanhola ter sido especialmente intensa nos últimos anos, o nome de Pablo Casado sobreviveu a diferentes escândalos desde a formação do Partido Popular (PP) e, hoje, sua presença é comum nos meios de comunicação e órgãos políticos. Nascido em Palência, em 1981, é formado em Direito pela Universidade Complutense de Madri e em Administração e Gestão de Empresas, com mestrado em Direito Administrativo pela Universidade Rey Juan Carlos. Completou sua pós-graduação com diferentes programas do Instituto de Empresa e universidades americanas, como Harvard, Georgetown e John Hopkins, entre outras.

É deputado no Congresso Espanhol. Em seu currículo político, destaca-se o papel como vice-secretário de Comunicação do PP, cargo que abdicou para apresentar-se como candidato à presidência do partido, posto que será decidido nas prévias a serem realizadas no próximo mês de julho de 2018.

Sua experiência, no entanto, remonta há vários anos, quando assumiu o trabalho como Chefe de Gabinete do ex-Presidente José María Aznar, entre os anos de 2009 e 2012, assim como sua atuação como porta-voz da Justiça e Administração Pública do PP na Assembleia Regional de Madri, de 2007 a 2009.

Faz parte do movimento liberal do partido e professa admiração pelos três líderes da centro-direita espanhola que ingressaram no governo: Adolfo Suárez, o próprio Aznar e Mariano Rajoy, que o nomeou para o cargo que ocupa, atualmente, no PP. Contrário aos discursos catastróficos, é um forte defensor da restauração da autoestima do país e do reconhecimento das conquistas alcançadas desde a Transição de 1978. Usa as principais redes sociais e é um convidado político habitual nos programas políticos de televisão, assim como em coletivas de imprensa.

É bom orador, de resposta ágil, e teve o nome mencionado em distintas ocasiões, para diferentes candidaturas municipais, regionais e nacionais.

Meritxell Batet

Ministro de Política Territorial e Função Pública, política do Partido dos Socialistas da Catalunha e Deputado por Barcelona no Congresso

As recentes mudanças no Governo da Espanha levaram Meritxell Batet, nascida em Barcelona, em 1973, ao cargo de Ministra da Política Territorial e Administração Pública.

Assumiu, assim, a responsabilidade de canalizar a atual crise territorial, um dos maiores desafios da política espanhola contemporânea.

Batet é professora de Direito Constitucional e anteriormente, ensinou Direito Administrativo na Universidade Pompeu Fabra, de Barcelona. Graduada em Direito, concluiu seus estudos com pós-graduações e pesquisas realizadas nos Estados Unidos, o que a permite falar inglês, além de catalão, espanhol e francês. Além disso, concluiu um curso de pós-graduação em Direito Imobiliário e Urbanístico.

Não utiliza redes sociais, embora sua equipe gerencie perfis no Twitter, Facebook e Instagram. Se considera federalista, feminista e socialdemocrata. Salvador Allende a acompanhou durante sua juventude, por causa de sua proximidade com um exilado chileno, mas manifesta, sobretudo, toda a sua admiração pelo ex-presidente espanhol, Felipe Gonzalez, e pelo ex-presidente da Generalitat e ex-prefeito de Barcelona, Pasqual Maragall.

É, também, Deputada no Congresso, eleita por Barcelona, e lista, entre as suas prioridades, a melhoria de um sistema educacional que dê mais ênfase ao respeito e à convivência, assim como a renovação dos contratos sociais e territoriais, ambos seriamente danificados após anos de crise econômica e institucional. É muito próxima do atual Primeiro-Ministro, tendo sido Secretária-Geral Adjunta do Grupo Parlamentar no Congresso, integrando a equipe encarregada de negociar a posse não concretizada de Pedro Sanchez, em 2016.

Marta Pascal

Coordenadora-Geral do Partido Democrático da Catalunha

Marta Pascal, nascida em Vic, em 1983, é graduada em Ciência Política e Administração pela Universidade Pompeu Fabra e em História pela Universidade de Barcelona. Completou a sua formação com um programa de liderança em Gestão Pública pelo IESE-Madri e cursa, atualmente, o programa de Liderança Vicens Vives, na ESADE.

Iniciou sua carreira política muito jovem. Em 2006, filiou-se à Convergência Democrática da Catalunha (CDC) e sua organização da juventude, intitulada Juventude Nacionalista da Catalunha, da qual foi presidente entre 2012 e 2015. De 2008 a 2011 foi chefe da área do Departamento de Educação da Prefeitura de Vic e de 2011 a 2012, assessora do Ministro da Educação do Governo Regional da Catalunha. Nesse mesmo ano, foi das listas eleitorais da Convergência i Unió (CiU) ao Parlamento Catalão, sendo reeleita em 2015 com a Junta de Coalizão Junts pel Si.

Desde 2016, é Coordenadora-Geral do Partido Democrático da Catalunha (PDeCAT), herdeiro do Convergència. Atualmente, é senadora.

Embora se declare admiradora de Barack Obama e Justin Trudeau, também reivindica o legado político de Jordi Pujol, um líder catalão.

Apesar do debate territorial e identitário ocupar o centro da política catalã, Pascal também tem interesse sobre questões trabalhistas e ligadas à gestão pública.

Marta Pascal faz uso frequente das redes sociais, identificando-as como ferramentas fundamentais para estar em contato com os cidadãos.

Iñigo Errejón

Secretário de Análise Estratégica e Mudança Política do Podemos e Deputado no Congresso de Madri

O movimento de 15 M – protesto que pedia uma democracia mais participativa, longe do bipartidarismo PSOE-PP – mudou a história recente da Espanha. De lá, emergiram reivindicações sociais e políticas que contribuíram para o surgimento de novas forças políticas. O batismo eleitoral do partido Podemos ocorreu nas eleições europeias de 2014, que contra todas as probabilidades, conseguiu eleger cinco deputados.

Íñigo Errejón, nascido em Madri, em 1983, esteve à frente do sucesso da campanha europeia e seguiu como diretor de campanha até as eleições de 26 de junho de 2016. Em 2017, deixou de ser o porta-voz do partido no Congresso, mas continuou comandando a Secretaria de Análise Estratégica e Mudança Política do Executivo Nacional.

Atualmente, além de exercer o cargo de Deputado no Congresso, Errejón prepara sua candidatura à Presidência da Comunidade de Madri nas eleições de 2019. Voz frequente nos meios de comunicação, é considerado um bom teórico político, com facilidade para as palavras e brilhante em seu raciocínio. Professa admiração por Álvaro García Linera, vice-presidente da Bolívia, além de personagens históricos do anarquismo espanhol e por Manuel Azaña.

É Doutor em Ciência Política pela Universidade Complutense de Madri e seu interesse pela política floresceu muito cedo, participando de protestos antiglobalização em Gênova, Praga e Escócia, nas mobilizações contra a guerra no Iraque.

Em seu partido, insiste na necessidade de estabelecer um discurso transversal que supere a divisão clássica entre esquerda e direita para formar novas e amplas maiorias progressistas.

Toni Roldán

Porta-voz da Economia no Congresso e responsável pela Secretaria de Programas Setoriais e Áreas do Grupo Parlamentar do Cidadão

O outro partido nascido da crise econômica e política espanhola é o Ciudadanos. Sua origem é a Catalunha, por isso, durante a crise institucional e territorial, esta desempenhou um grande papel e consolidou-se como uma força política nacional. A ele pertence Toni Roldán, nascido em Barcelona, em 1983, e hoje Deputado no Congresso. Embora o Ciudadanos tenha movido sua ideologia em direção ao liberalismo e à social democracia, Roldán pertence à ala mais socioliberal progressista do mesmo, na qual é responsável pela Secretaria de Programas e Áreas Setoriais. Também é porta-voz da Economia do Grupo Parlamentar do Ciudadanos no Congresso.

Embora seu perfil seja político, sua formação é econômica. É muito próximo do economista e responsável pelo assunto no partido, Luis Garicano, com quem compartilha a autoria do livro Recuperar o futuro: doze propostas que mudarão a Espanha (2015). É Economista formado pela Universidade de Barcelona e mestre em Política Econômica pela Universidade de Columbia, Estados Unidos, e em Relações Internacionais pela Universidade de Sussex, Reino Unido. Fala perfeitamente inglês e francês, assim como catalão e espanhol, e embora o Ciudadanos tenha uma das equipes de redes sociais mais profissionais do país, Roldán gerencia pessoalmente as contas que mantém no Facebook, Twitter e Linkedin.

Pelas tarefas que assumiu pelo partido e por seu interesse genuíno, dedica sua atenção especialmente a questões relacionadas ao mercado de trabalho, educação, reconciliação trabalhista e familiar. No início de 2018, o Ciudadanos apresentou seu programa econômico, no qual Roldán desempenhou um papel importante e onde abordava todas as questões já mencionadas. Não surpreende, portanto, que suas referências políticas sejam expoentes da Terceira Vertente, como Blair ou Schroeder, que realizaram reformas similares às defendidas por Roldán para a Espanha nesses aspectos.

Desafios políticos do futuro na Espanha

A recente mudança de governo, após a saída do presidente Mariano Rajoy, traz uma mudança de nomes e de sensibilidade, mas ainda é vista como um único ponto, separado dos problemas subjacentes do país.

A crise catalã continua aberta, com a necessidade urgente de articular uma solução política que, mais uma vez, harmonize as relações entre a Catalunha e o resto da Espanha.

Por outro lado, há também questões latentes que levaram vários setores às ruas para pedir aumento nas aposentadorias e investimentos em saúde pública. O quadro europeu não permite gastos excessivos e a Espanha está comprometida em equilibrar o déficit nos próximos anos. As expectativas são altas, mas a situação não avançou na mesma medida.

"Lideranças, tanto políticas como orgânicas, serão necessárias, porque em um momento tão mutável nas preferências, não será fácil manter orientações estratégicas claras"

O que parece claro é que o debate político dos próximos anos parece girar em torno de duas questões principais: o conflito catalão e a melhoria das condições sociais, especialmente na qualidade do emprego.

Em relação à primeira questão, é razoável esperar que se abra um debate sobre possíveis soluções, como a reforma da Constituição no Congresso dos Deputados. Quanto ao segundo tema, talvez possa haver mais consenso entre as diferentes forças políticas.

Com tudo isso, devemos ter em mente que o governo chegou à metade da legislatura e com o apoio de menos de 25% da Câmara, o que se entende como um respiro de uma atmosfera pré-eleitoral.

Os líderes do futuro imediato da Espanha estão enfrentando anos favoráveis para perfis de líderes muito políticos e não tanto técnicos. Estão previstas fortes campanhas eleitorais onde os dois blocos, conservadores e progressistas, encontram-se em processo de reeleição.

É por isso que lideranças, tanto políticas como orgânicas, serão necessárias, porque em um momento tão mutável nas preferências, não será fácil manter orientações estratégicas claras.

México

Ricardo Anaya Cortés

Candidato à presidência pelo
Partido Por México al Frente

A política mexicana esteve, nos últimos 80 anos, girando em torno do Partido Revolucionário Institucional, e somente durante as presidências de Vicente Fox (2000-2006) e de Felipe Calderón (2006-2012) pôde romper esse monopólio do governo com a entrada do Partido da Ação Nacional (PAN). Agora, Ricardo Anaya tenta surpreender novamente e recuperar Los Pinos para seu partido, que viveu anos convulsionados de divisões internas. Embora esteja longe de ser a primeira aposta, o esquerdista Andrés Manuel López Obrador supera o PRI, cotado para a terceira posição, o que deixará o PAN bem situado. Isso, junto com sua juventude, faz dele um dos políticos mais promissores do México.

Cortés nasceu em Naucalpan de Juárez, em 1979, e logo combinou os estudos em Direito pela Universidade Autônoma de Querétaro com a atividade política. Com apenas 18 anos de idade, assumiu o cargo de diretor do Instituto Municipal da Juventude de Querétaro e, três anos depois, foi candidato a Deputado no Congresso de Querétaro, representando um dos distritos mais difíceis para o PAN. Mais tarde, ampliou seus estudos com um mestrado em Direito Tributário pela Universidade del Valle de México e um doutorado em Ciências Políticas e Sociais pela Universidade Nacional Autónoma de México (UNAM). Entre 2003 e 2009, foi secretário particular do governador de Querétaro, Francisco Garrido Patrón, e entre 2013 e 2014, presidente do Conselho de Diretores da Câmara dos Deputados no Congresso Federal. Foi presidente do PAN de setembro de 2014 a janeiro de 2015, e de agosto de 2015 a dezembro de 2017, sendo, atualmente, candidato à Presidência da República.

Assíduo nas principais redes sociais, fala e escreve em inglês e francês, e direciona atenção especial ao combate à corrupção, à modernização do tecido produtivo e à competitividade em uma economia global que, como defende, trará melhores oportunidade ao México para reduzir um número alarmante de pessoas na linha da pobreza. Liberal no aspecto econômico, busca dar mais peso à iniciativa privada e à sociedade civil e, para isso, considera essencial a modernização do Estado. É um político essencialmente pragmático, embora atento aos princípios, uma conjugação que ele vê em Luis H. Álvarez uma figura proeminente do PAN e a quem admira de modo especial.

Ángel Ávila Romero

Secretário-Geral do Partido
da Revolución Democrática

A ala de centro-esquerda e esquerda mexicana têm sido historicamente representadas no país asteca pelo Partido da Revolução Democrática (PRD). O atual candidato presidencial, Andrés Manuel López Obrador, era militante, embora, com esta sigla, nunca tenha conseguido eleger um Presidente no México. Tampouco o fará nas eleições em 2018, ano em que o partido estará em coligação com o partido de centro-direita PAN, na chapa Por México al Frente. No entanto, o PRD não abdicará de suas posições de esquerda e nesse discurso está também o atual secretário-geral do partido, Ángel Ávila, que diz admirar José Mujica, ex-presidente do Uruguai, e emblema da esquerda latino-americana.

Graduado em Ciências Políticas e Administração Pública pela Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), Ávila iniciou cedo sua atividade política. Na UNAM, foi conselheiro estudantil. Antes, aos 16 anos, integrou as Brigadas Sol do PRD. Ingressou integralmente nas atividades políticas do PRD como Líder Nacional da Juventude de Esquerda (2008-2011). Em 2014, foi nomeado presidente do Conselho Nacional do Partido da Revolução Democrática. Posição que deixou em 9 de dezembro de 2017, quando foi nomeado Secretário-Geral do mesmo partido.

Usa rotineiramente as principais redes sociais e concentra-se na política doméstica mexicana. Em consonância com a decisão de aliar-se ao PAN nas eleições presidenciais, defende a necessidade de estabelecer um governo de coalizão pela primeira vez na história do país. É por essa razão que seu discurso elogia os valores do pluralismo e do respeito, longe de diagnósticos estridentes e catastróficos sobre o estado de saúde da democracia no México. Sem negar os problemas e retrocessos em algumas áreas, acredita que o país terá grandes oportunidades se enfrentar uma modernização inclusiva.

Sylvana Beltrones

Candidata ao Senado pelo Partido Revolucionário Institucional

O Partido Revolucionário Institucional (PRI) voltou ao poder no México com Enrique Peña Nieto, que agora se prepara para deixar o governo com níveis preocupantes de popularidade. É por isso que o PRI está tendo dificuldade em se reconectar com o público em geral, apesar de ter sido um partido de massas por mais de 80 anos. Nesta tarefa de reconstrução para os próximos anos destaca-se Sylvana Beltrones, filha de Fabio Manlio Beltrones, ex-governador de Sonora, ex-presidente da Câmara dos Deputados e dos Senadores, um dos homens fortes do PRI e ex-líder do mesmo. Sylvana Beltrones, nascida em 11 de agosto de 1982, em Obregón, agora está concorrendo ao Senado pelo estado de Sonora.

É graduada em Direito pela Universidade Iberoamericana e, apesar de sua juventude, possui experiência política relevante. De 2010 a 2011 foi Subsecretária de Estratégia e Divulgação do Comitê Executivo Nacional do PRI e de 2012 a 2014, Diretora de Gestão Estratégica do Fundo Nacional de Promoção Turística (FONATUR). De 2014 a 2015, ocupou os cargos de Secretária Geral Adjunta do Executivo Nacional do PRI e da Confederação Nacional das Organizações Populares. Em 2015, foi eleita Deputada Federal, cargo que ocupou daquele ano até 2018. Também foi secretária da Comissão de Saúde e da Comissão de Turismo, além de membro do Comitê do Centro de Estudos de Finanças Públicas, da Comissão de Turismo e da Comissão de Direitos Humanos.

Há um assunto em que esta candidata ao Senado, usuária diária de redes sociais e atual secretária adjunta do PRI, concentra sua atenção e que se converteu em sua cruzada política particular. Trata-se da tentativa de melhorar os tratamentos e o apoio às mulheres com câncer de mama e do colo do útero, tema que sua mãe, Sylvia Sánchez, é uma referência, à frente da Fundação Beatriz Beltrones. Em geral, dá atenção especial aos assuntos relacionados à melhoria das condições das mulheres em um país onde ainda há muito a ser feito.

Luisa Alcalde

Membro do Movimento Nacional de Regeneração

A esquerda mexicana teve e tem na figura de Andrés Manuel López Obrador um de seus mitos vivos. As acusações de manipulação nas eleições presidenciais em que foi derrotado pelo candidato do PAN, Felipe Calderón, geraram um movimento de protesto no qual os jovens tiveram um papel fundamental. E foi a partir desse terreno que surgiram alguns de seus líderes recentes, como é o caso da ex-deputada federal Luisa Alcalde, nascida na Cidade do México, em 1987, e graduada em Direito pela Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM).

Politicamente ela está claramente localizada à esquerda e declara sua admiração pelo líder do Movimento Nacional de Regeneração (Morena), o já citado ex-prefeito do México, López Obrador. Quanto às figuras internacionais, tem como referências dois esquerdistas latino-americanos, como é o caso de Lula da Silva e Evo Morales, mencionando também o sul-africano Nelson Mandela. Em 2011, foi a Coordenadora Nacional do Morena para Jovens e Estudantes.

Para Luisa Alcalde, que usa de forma pessoal o Facebook e o Twitter, há três aspectos fundamentais para mudar e combater no México. Por um lado, a violência, em níveis tristemente alarmantes nos últimos anos. Por outro lado, e abraçando seu interesse generalizado pelas questões da juventude, aponta a necessidade de uma reforma educacional que aumente a qualidade e a acessibilidade do sistema público. E, por último, Alcade menciona a importância de gerar qualidade e empregos dignos, longe dos níveis atuais de precariedade e abuso, que provocam a desafeição generalizada, além de ocupações que reduzam os níveis de pobreza e desigualdade.

Pedro Kumamoto

Candidato independente ao Senado da República

Além da oposição da esquerda representada pelo partido Morena e da ala centro-direita representada pelo PAN, o México também conheceu, nesses anos complexos, um ressurgimento de movimentos da sociedade civil que fizeram frente aos partidos clássicos. Dentro desses, destaca-se o compromisso pessoal de Pedro Kumamoto, um jovem licenciado em Gestão Cultural pelo Instituto Tecnológico e de Estudos Superiores do Oeste (ITESO), nascido em Guadalajara, em 1990. Após as eleições de Jalisco de 2015, foi declarado vencedor como Deputado local pelo Distrito 10, com sede em Zapopan, tornando-se assim o primeiro candidato independente a alcançar uma posição no governo do estado.

Embora venha da sociedade civil e olhe com desconfiança para os atores clássicos da política, professa admiração pelo uruguaio José Mujica e por movimentos de protesto como o Ocupa Wall Street, algo que o coloca como representante da nova esquerda global. Não é estranho, portanto, que suas prioridades políticas residam em uma melhor redistribuição de riqueza, em acabar com os privilégios das elites políticas e em melhorar os direitos de educação, saúde e trabalho. Além disso, defende a necessidade de lutar contra o desencantamento político que, como afirma, é generalizado nas gerações mais jovens de mexicanos, habituados à corrupção, violência e falta de oportunidades.

Atualmente é candidato ao Senado por Jalisco e tem como bandeira trazer para esta Câmara Federal as reivindicações que o converteram em um dos líderes mais disruptivos e reconhecidos na política do Estado atual. Buscará acabar com os foros privilegiados e uma melhor responsabilização dos gestores do dinheiro público. Seu perfil faz parte da nova onda de outsiders da política que, sem renunciar à democracia e o compromisso, desafia os partidos clássicos, vistos como instrumentos estagnados e não adaptados às necessidades do século XXI.

Desafios políticos do futuro no México

A chegada de Donald Trump ao poder nos Estados Unidos colocou o México em alerta. O discurso anti-imigração, por um lado, e a ameaça de quebra do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) afetam tanto a economia quanto a política em um país com uma identidade muito marcada pelas relações bilaterais com seu vizinho do Norte. Na esfera econômica, o México aprovou, durante os anos de Enrique Peña Nieto (2012-2018), importantes reformas liberalizantes nos setores das telecomunicações e, acima de tudo, no da energia. A reforma do petróleo supôs a ruptura do monopólio da estatal PEMEX e a entrada de investimentos e capital estrangeiro. Mas a verdade é que as expectativas de 2012 não se cumpriram e a precariedade econômica é agravada por um aumento sem precedentes nos níveis de violência no país, em razão da guerra imposta aos cartéis de drogas.

"Lideranças, tanto políticas como orgânicas, serão necessárias, porque em um momento tão mutável nas preferências, não será fácil manter orientações estratégicas claras"

Essa mistura de orgulho nacional ferido, incerteza econômica, precariedade social e violência tem o efeito político imediato de reforçar as opções do candidato de esquerda, Andrés Manuel López Obrador, a quem parece difícil não ver como presidente. Embora as promessas de campanha sejam compreensíveis no poder, López Obrador e seu partido, Morena, prometeram rever os contratos que o Estado assinou com determinadas empresas de petróleo, bem como paralisar ou modificar projetos importantes, como o do novo aeroporto na Cidade do México. Não há nada claro no rumo que o país tomará, mas as prioridades que o novo executivo terá que enfrentar parecem óbvias.

Visto que a necessidade de inaugurar um Governo de coalizão é levantada pelas principais forças políticas, os líderes com mais capacidade de chegar a acordos e, por sua vez, de explicá-los, serão especialmente valiosos. A sociedade mexicana desconfia de sua classe política e vê com receio qualquer tipo de concessão em um ambiente tão polarizado. Da mesma forma, metade do México vive na pobreza, por isso será urgente tomar medidas para reduzir os números persistentemente alarmantes. A redistribuição da riqueza e a luta contra a desigualdade serão importantes nos próximos anos, assim como a gestão de uma economia que não enfrentará bons momentos se os Estados Unidos continuarem elevando suas taxas de juros. Por fim, será preciso muita determinação e coragem para lutar contra a violência derivada do narcotráfico, assim como acabar com a infiltração corrupta nas estruturas do Estado. Grandes desafios que exigem o melhor talento e muita sorte de seus líderes.

Panamá

Annette Planells

Líder do MOVIN

Líder empresarial e cívica, lidera o Movimento Independente (MOVIN), corrente de cidadãos envolvidos com o país, que defende uma visão liberal, com mais justiça social, transparência e menos corrupção, em um país que passou recentemente por crises políticas. Além disso, o Panamá está no olho do furacão por causa de sua opacidade fiscal, algo que pesa sobre a qualidade de sua democracia e reputação internacional.

Nascida em 1968, a consciência política de Planells nasceu na década de 1980, sob o reinado de medo do ditador Manuel Antonio Noriega. Em 1985, o opositor Hugo Spadafora foi assassinado, o que provocou protestos estudantis nos quais Planells esteve presente. Foi nesses dias, ela lembra, que teve consciência do que era uma ditadura e da importância da democracia, da justiça e da liberdade. É nesse contexto que devemos enquadrar a admiração que Planells explicita pelo adversário Ricardo Arias Calderón, vice-presidente da democracia recuperada após a queda de Noriega. Na cena internacional, ela opta pelo exemplo de Nelson Mandela.

O MOVIN nasceu em 2014, em uma época de crise política e ano de eleições presidenciais. Por fim, seria o vice-presidente entre 2009 e 2014, Juan Carlos Varela, a vencer a primeira magistratura do país. Sua formação é eclética, pois estudou Engenharia Eletrônica na Universidade Santa María la Antigua, depois concluiu o mestrado em Administração de Empresas no INCAE Business School da Nicarágua. Esta política de espírito e ideias liberais é uma usuária cotidiana das principais redes sociais e, além de espanhol, fala e escreve em inglês.

Iván Chanis

Presidente da Fundación Iguales

A política panamenha sempre esteve intimamente ligada às vicissitudes históricas dos Estados Unidos, país no qual Iván Chanis atuou como Conselheiro Legal e Político da Missão Permanente do Panamá junto à Organização dos Estados Americanos, em Washington D.C., durante os anos de Governo de Barack Obama. É este ex-presidente que Chanis professa maior admiração na esfera internacional. Na política panamenha, sua referência é seu tio-avô, presidente do Panamá por um curto período de tempo. Define-se como americanista e estuda com interesse o legado de Simón Bolívar.

Nascido em 1983, estudou Direito e Ciência Política pela Universidade Santa María la Antigua. Completou sua formação com estudos de pós-graduação em Relações Internacionais, Diplomacia e Meios de Comunicação na Universidade Complutense de Madri e mestrado em Direito em Estudos Gerais, com ênfase em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de Nova York, nos Estados Unidos. Também tem estudos complementares em Protocolo Diplomático e Direitos Humanos. Além de sua carreira jurídica, acumula extensa carreira diplomática, como acadêmico, com estudos não apenas nos Estados Unidos, mas também por períodos mais curtos no Brasil, no Reino Unido, na Itália e na Espanha.

Seus interesses estão focados na luta contra a corrupção, uma reforma educacional que fortaleça a sociedade civil e melhore a qualidade das instituições panamenhas. Chanis, que usa as principais redes sociais como um exercício político obrigatório, fala inglês e espanhol, e articula bem em italiano, sem esconder seu desejo de ocupar, em algum momento, posições institucionais em Ministérios como o das Relações Exteriores ou em organizações como o parlamento nacional.

Gabriel Silva

Pré-candidato a Deputado no Distrito 8-7

Entre os líderes políticos independentes do Panamá está Gabriel Silva, advogado, cientista político e pré-candidato a deputado pela Cidade do Panamá. Trabalhou como gerente regional da empresa de consultoria Procter & Gamble e como assessor do Ministério do Comércio e Indústria em Cingapura, país de quem admira seu grande reformador, Lee Kuan Yew. É formado em Direito e Ciência Política pela Universidade de Santa María la Antigua e, graças a seu bom desempenho, obteve uma bolsa de estudos para estudar um mestrado em Educação Superior na mesma universidade. Posteriormente, recebeu uma bolsa de estudos para um mestrado em Políticas Públicas pela Universidade de Oxford e uma bolsa Fullbright para cursar um mestrado em Direito na Universidade de Columbia, Nova York.

Na política interna, valoriza o trabalho realizado pelo ex-presidente Guillermo Endara, que assumiu o cargo em 1989 e no qual permaneceu até 1994, em um país destruído. Silva valoriza, acima de tudo, seu desprendimento e falta de interesse em se perpetuar no poder. Como figura histórica, menciona George Washington e o imperador Marco Aurélio, figuras que, acredita, entendiam um propósito acima deles.

Silva é um usuário habitual do Facebook, Twitter e Instagram, e graças à sua formação e experiência de trabalho, fala fluentemente inglês e é capaz de conversar em italiano. Como político pragmático e independente, seus interesses são transversais e focados na luta contra a burocracia estatal, em propiciar uma reforma educacional e mudanças judiciais para combater a corrupção, o clientelismo e os privilégios.

Desafios políticos do futuro no Panamá

Desde a queda do ditador Manuel Noriega, a vida política panamenha transcorreu em relativa tranquilidade e estabilidade, pelo menos quando comparada com à situação de seus vizinhos centro-americanos. A conquista da devolução do Canal pelos Estados Unidos, em 1999, marcou um estágio de plena soberania em um país que depende economicamente dessas eclusas para promover seu desenvolvimento econômico. No entanto, nos últimos anos, o Panamá experimentou convulsões políticas sem precedentes, por diferentes razões. Por um lado, em decorrência dos atrasos e custos extras da expansão do Canal do Panamá, que chegaram perto de provocar uma crise diplomática com a Espanha, país de origem da principal concessionária responsável pelo empreendimento. Em 2014, as eleições presidenciais foram marcadas por surpresas e levaram à presidência o vice-presidente e inimigo do presidente, Juan Carlos Varela.

"A capacidade de reformar a opacidade financeira e fiscal do Panamá. A diplomacia, o conhecimento técnico e a convicção nos princípios serão essenciais"

Desde então, eventos significativos também ocorreram, como a inauguração das novas eclusas do Canal, mas, acima de tudo, o escândalo dos Papeis do Panamá, uma revelação jornalística que alcançou projeção internacional sobre o vazamento de dados de indivíduos e empresas internacionais que usavam o país do istmo para escapar dos impostos e sonegar capital. Algo que gerou uma crise nacional, obrigando o país a refletir sobre os pilares de seu crescimento e estabilidade, atualmente baseado no Canal, como um lugar de passagem, e sobre seu sistema financeiro opaco, favorável a capitais de origem duvidosa. Ambas situações geraram uma crise de reputação no Panamá.

Embora mantenha um perfil invejável na região, o Panamá precisa se reinventar a médio e longo prazo, fator para o qual conta com boas condições de estabilidade e desenvolvimento. Sua posição geográfica, o Canal expandido e seus laços históricos com dois colossos da região, como os Estados Unidos e a Colômbia, colocam-no em uma posição imbatível para buscar novas fontes de legitimidade e riqueza. Qualquer político no futuro imediato do país da América Central deve ter boas habilidades diplomáticas e contatos no exterior com seus principais vizinhos, assim como com as principais empresas globais que fazem parte do Canal. Por outro lado, a capacidade de reformar a opacidade financeira e fiscal do Panamá, de forma gradual, até encontrar indústrias substitutas, será imprescindível. A diplomacia, o conhecimento técnico e a convicção nos princípios e visão de longo prazo serão essenciais em qualquer líder que esteja concorrendo ao posto.

Perú

Alberto de Belaúnde

Congressista da República

A configuração política do Peru é uma das que mais experimentou mudanças na região. O indulto presidencial concedido pelo então presidente Pedro Pablo Kuczynski a Alberto Fujimori representou a queda do primeiro, acusado de subornar os deputados fujimoristas. Alberto de Belaúnde, que era deputado do partido oficial Peruanos para a Mudança no momento do perdão, anunciou a sua desfiliação e, desde então, exerce como deputado independente um mandato que expira em 2021.

Nascido em Lima, em 1986, sua vocação política despertou cedo, ainda na escola primária, e desde então – coincidindo com o fim agonizante de Fujimori –, seu compromisso público tem se consolidado. Estudou Direito na Pontifícia Universidade Católica do Peru (PUCP) e completou os estudos de pós-graduação com o mestrado em Governança e Gestão Pública pela Universidade de San Martín de Porres. Também é egresso do Programa de Liderança para a Competitividade Global da Universidade Georgetown e possui um diploma em Gestão Pública e Políticas Públicas pela PUCP, universidade na qual também é professor contratado.

Fala inglês e gerencia seus perfis pessoais nas principais redes sociais. De tendência progressista, admira Valentín Paniagua, único presidente, nos últimos trinta anos, a não passar por questionamentos éticos em sua carreira pública. Na política internacional, ele cita o exemplo de Barack Obama e sua capacidade de inspirar mudanças sociais. Sua vocação política, que por ora quer continuar a exercer no papel de Deputado, está focada nos direitos humanos e na promoção e reconhecimento dos direitos da comunidade LGTBI e de diferentes minorias. Seu diagnóstico aponta um Peru mergulhado em uma crise política e institucional que exige reformas imediatas no Sistema Político e na Justiça e, a longo prazo, uma reforma educacional que proporcione uma verdadeira igualdade de oportunidades a um país com níveis alarmantes de exclusão.

Mariana Alegre Escorza

Diretora-Executiva da ONG Lima How We Go

A América Latina é conhecida, entre outras coisas, pelo caos em suas megacidades. Lima, capital do Peru, está entre elas. No entanto, foram poucos os líderes que se destacaram por seu interesse em relação ao planejamento urbano. A advogada Mariana Alegre Escorza é uma exceção significativa. Embora tenha se especializado, durante a carreira, em direitos humanos, mais tarde concluiu um mestrado em Design Urbano e Ciências Sociais. É uma apaixonada pelos fenômenos urbanos, mobilidade sustentável, espaços públicos e pela renovação com inclusão social.

Atualmente, é Coordenadora-Geral do 'Lima Como Vamos', um observatório cidadão encarregado de medir a evolução da qualidade de vida na capital. Além disso, é colunista do jornal Perú 21 e Coordenadora da Unidade de Gestão Social da Faculdade de Administração e Alta Direção, na Pontifícia Universidade Católica do Peru. Estudou Direito na mesma Universidade, para depois cursar um mestrado em Design Urbano e Ciências Sociais na London School of Economics, graças a uma bolsa de estudo concedida pelo Programa Chevening. Admira seu avô, o escritor Manuel Scorza, a quem ela não conheceu, mas que é uma constante fonte de estímulo, graças às suas obras. Internacionalmente, e mais focada em questões urbanas, destaca a professora Jane Jacobs, por sua liderança na promoção de cidades mais compactas e a formatação de bairros mais ativos.

Utiliza o Facebook e o Twitter assiduamente, fala inglês e catalão, graças ao um ano de intercâmbio vivido em Barcelona. Suas prioridades políticas estão voltadas à melhoria das instituições do país, o combate à corrupção, reforma do modelo de educação pública e, também, a implementação de medidas a favor de um desenvolvimento urbano sustentável. Embora não descarte estar disponível para assumir posições e cargos públicos eletivos, admite que a situação política a desencoraja a dar mais um passo nessa direção.

Bruno Monteferri

Diretor da ONG Conservamos pela Natureza

O Peru é um dos países com uma das naturezas mais ricas e diversificadas do mundo. Tem deserto e Amazônia, mas nenhum de seus líderes clássicos se destacou na luta pela preservação do meio ambiente. Uma nova geração de líderes globais vem restaurar essa falha e, no Peru, Bruno Monteferri tem se sobressaído neste aspecto. Nascido em 1982, é Advogado Ambientalista e cursou especialização em Barcelona. Além disso, concluiu um mestrado em Conversation Leadership na Universidade de Cambridge, no Reino Unido. Fala fluentemente inglês, além de espanhol e um pouco de alemão.

Sua filosofia política é focada em questões ambientais, a ponto de declarar sua intenção, a médio prazo, de mudar-se para a Amazônia. Quanto a líderes peruanos que o inspiram, destaca o trabalho dos advogados Pedro Solano e Jorge Cayo e, no cenário internacional, o de Edward Wilson, um dos mais importantes representantes da biofilia e "inventor" do conceito da biodiversidade. Monteferri utiliza as redes sociais com cautela. Em sua opinião, estas ferramentas servem para unir e têm um papel a cumprir, desde que usadas com capacidade crítica.

Defende que é necessário reformar a configuração política do Peru, dando fim, em primeiro lugar, a uma centralização que mantém regiões distantes e desatendidas, e que resultam indiferentes para o Poder Central de Lima. Em segundo lugar, reduzindo a poluição e, finalmente, acabando com o desmatamento indiscriminado de árvores, queimadas em florestas e a extração inadequada de outros recursos. Sem descartar sua potencial entrada no futuro em um Gabinete, seu trabalho, a curto e médio prazo, está focado em fortalecer a consciência social em relação aos problemas ambientais sofridos por seu país.

Daniella Raffo

Diretora do Aporta Desenvolvimento Sustentável, laboratório de inovação social do Grupo Breca

A exclusão social é um dos flagelos da América Latina, tendo a educação universal e de qualidade como uma das marcas das conquistas ainda não alcançadas. É para reverter os índices desse setor a que se dedica Daniella Raffo, nascida em 1983, atualmente Diretora-Geral da Aporta, o laboratório de inovação social do Grupo Breca. Em 2009, foi uma das fundadoras da Enseña Perú, uma organização dedicada à promoção da educação, concepção e implementação de estratégias sociais para acabar com a exclusão de grandes setores da população do sistema educacional do país.

Além disso, foi fundadora do Laboratório +51, unidade de inovação social da Presidência do Conselho de Ministros. Atuou, até abril de 2018, como consultora na Coordenação de Inovação do Escritório de Compliance Governamental e Inovação Setorial da Presidência do Conselho de Ministros. Cursou um MBA na Universidade de Stanford, Estados Unidos, e concluiu um curso de intercâmbio na Itália, enquanto se formava em Administração e Gestão de Empresas na Universidade del Pacífico. Fala, além de espanhol, italiano, inglês e francês.

É usuária do Twitter, rede na qual comunica questões profissionais e políticas, e do Instagram, como uma rede mais pessoal. Sua vocação política nasceu na Universidade e se consolidou durante sua formação em Stanford. Suas referências políticas são figuras mundiais no setor educacional, como Paul Polak, da IDE, e Jaqueline Novogratz, do Fundo Acumen. No mundo corporativo, considera Paul Polman, da Unilever, uma referência. Além de reformar a educação para garantir uma formação mais inclusiva e sólida, Daniella Raffo acredita que é preciso mudar a mentalidade de curto prazo dos decisores políticos do país e profissionalizar a administração e os serviços públicos.

Desafios políticos do futuro no Perú

A recente renúncia do presidente Pedro Pablo Kuczynski, diante da ameaça de destituição, abalou novamente o cenário político peruano. O escândalo envolvendo a compra de votos da oposição para evitar um primeiro impeachment no país revelou uma prática que custou o cargo de um presidente eleito há pouco mais de um ano, após somar votos contra o fujimorismo. Em seu curto mandato, teve tempo de conceder o indulto ao ex-presidente Alberto Fujimori, o que causou um grande escândalo e a ruptura com seus aliados do Governo. A ascensão de seu Vice-Presidente, Martín Vizcarra, trouxe alguma calma, mas a vida política peruana vive em permanente instabilidade.

"Os próximos líderes do Peru terão que fazer uma importante transição política, fundamental para reconstruir os consensos básicos de um sistema altamente desacreditado"

É preciso lembrar que passaram pela prisão ou por busca e apreensão os ex-Presidentes Ollanta Humala e Alejandro Toledo, e que Alan García e o próprio Kuczynski estão sob suspeita de receber subornos da construtora brasileira Odebrecht. Todos os líderes foram eleitos em segundo turno com a missão de freiar o Fujimorismo, hoje dividido por causa do escândalo da compra de votos no Congresso. No entanto, as vitórias se deram por margens de votos muito pequenas, e à medida que o fujimorismo tenha sido controlado e que os ex-Presidentes estão todos sob a sombra da corrupção, não há mais qualquer garantia de que o Fujimorismo não assumirá o poder em primeiro lugar nas próximas eleições presidenciais, programadas para 2021.

No entanto, a grande diferença do Peru das décadas de 1980 e 1990 é que essa instabilidade política tem o correlato da estabilidade razoável e o consenso econômico. Longe da hiperinflação, os próximos líderes do Peru terão que fazer uma importante transição política, fundamental para reconstruir os consensos básicos de um sistema altamente desacreditado. Mas farão isso em um contexto econômico muito melhor do que em outras épocas, inclusive porque o Fujimorismo assumiu os princípios básicos do funcionamento da economia peruana, agora voltada para a abertura ao mundo, atraindo investimentos e exportações. Portanto, os políticos do futuro imediato devem ter grande peso político e capacidade de chegar a acordos. E também de explicá-los às suas bases eleitorais, sem que se instale a ideia de traição que hoje acompanha qualquer compromisso político do país. Uma tarefa complicada, mas não tanto quanto antes.

Portugal

Adolfo Mesquita Nunes

Vice-Presidente do CDS-PP

As alas direita e centro-direita portuguesa estão divididas, principalmente, em duas formações ligadas ao Partido Popular Europeu. O Partido Social Democrata (PSD) é a maior delas e tem assumido o governo do país em vários períodos. O parceiro menor é o CDS-PP, mais alinhado à sua direita, ocasionalmente articulado com a maioria conservadora. O país luso é agora governado pelo Partido Socialista (PS) e está se preparando para realizar eleições parlamentares em 2019. Adolfo Mesquita é responsável por dirigir a preparação do programa eleitoral do CDS, um processo com o qual espera afirmar a participação de Portugal em um mundo e numa economia global com liberdade de circulação, condições únicas para garantir o desenvolvimento. Em 2011, foi eleito Deputado do Parlamento Português e, entre 2013 e 2015, foi Secretário de Estado do Turismo no Ministério da Economia.

Para desenvolver o programa contará com a opinião de especialistas de diferentes áreas – empresários, cientistas, pesquisadores – como aqueles encontrados no "40 UNDER 40" - European Young Leaders", grupo do qual fazia parte – embora já tenha passado da idade, visto que nasceu em 1977. Este advogado é um promissor líder da ala centro-direita, que admira Margaret Thatcher por sua determinação em implementar decisões difíceis e um programa de liberalização e abertura econômica, além de nomes como o do português Francisco Lucas Pires, ex-Ministro pelo seu Partido no Ministério da Cultura e Coordenação Científica, cuja coragem e luta por uma sociedade aberta também são destaques, bem como sua liderança em uma corrente pioneira no país das tendências liberal-conservadoras. O seu interesse político está voltado à preparação de um tecido produtivo de seu país, para a revolução digital e melhoria da competitividade da economia portuguesa para a globalização.

Iniciou a sua carreira política em 2003 como assessor jurídico do Secretário de Estado da Segurança Social, e em 2004 assumiu como Chefe de Gabinete do Ministro de Planejamento Ambiental e Ordenamento do Território. Usa o Facebook politicamente e, para assuntos mais pessoais, opta pelo Twitter e Instagram. Seus maiores destaques na política nacional, durante sua trajetória política, foram nos papeis de Vice-Presidente do CDS e Vereador local de Covilhã, sua cidade natal, alcançando um resultado proeminente nas últimas eleições, apesar do local ser um bastião que, historicamente, havia dado as costas ao seu partido. Por outro lado, sua experiência no setor privado também é notável. Desde 2016 é sócio da Gama Glória, empresa que integra o conhecimento de direito, estratégia e políticas públicas e presta assessoria a empresas e governos.

Carlos Moedas

Comissário Europeu de Investigação, Ciência e Inovação

O Partido Social Democrata (PSD) é a principal formação da ala centro-direita de Portugal. José Manuel Durão Barroso, ex-Primeiro Ministro e ex-presidente da Comissão Europeia, pertencia a essa formação. Ao partido e ao ex-Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho recaiu a responsabilidade de implementar um resgate europeu que implicava em cortes e sacrifícios. É por causa dessa determinação que Carlos Moedas, atual Comissário Europeu de Pesquisa, Ciência e Inovação desde 2014, diz ter ambos como referências políticas nacionais e internacionais. Ele também expressa seu respeito pelo europeu e ex-Presidente da Comissão, Jacques Delors, bem como Simone Veil e Madeleine Albright.

Embora sua vocação política tenha nascido tarde, logo alcançou posições de alta responsabilidade. Em 2011, fez parte do grupo de trabalho do PSD encarregado de preparar o programa de ajuste financeiro que a Troika – FMI, Comissão Europeia e Banco Central Europeu – aplicou em Portugal entre 2011 e 2014. Foi Deputado do PSD, eleito pelo Distrito de Beja. Ocupou o cargo de Secretário Adjunto do Primeiro-Ministro, sendo encarregado de supervisionar o programa de ajustes até 2014, ano em que assumiu a

carteira europeia. Estudou Engenharia de Construção no Instituto Superior Técnico de Lisboa e tem um MBA na Harvard Business School.

Fala inglês, francês e espanhol, além de português, e usa as principais redes sociais como uma maneira de tornar sua agenda mais transparente. Suas três prioridades são preparar as novas gerações para a revolução digital a partir de uma profunda reforma na educação, a luta contra a desigualdade e alcançar uma visão estratégica que acabe com o partidarismo das trincheiras, razão que não permite implementar grandes transformações. Embora seja um político com origens tecnocráticas, sua carreira mudou nos últimos anos para se tornar uma das referências do PSD.

Mariana Mortágua

Deputada do Bloco de Esquerda

O governo português, formado por uma minoria socialista, conta com o apoio parlamentar do Partido Comunista e do Bloco de Esquerda, partido a qual pertence Mariana Mortágua, nascida em Alvito, em 1986. Sua posição política é clara em um país que sofreu os rigores do resgate europeu, assim que não é se de estranhar sua oposição frontal aos programas de ajuste e a visão de ilegitimidade de parte da dívida portuguesa. Sobre estas questões, Mortágua publicou vários livros em conjunto com o cofundador do seu partido, Francisco Louçã. Atualmente, é Deputada, e ganhou destaque no Parlamento por suas intervenções na comissão de investigação sobre a polêmica gestão do Banco Espírito Santo (BES).

Estudou bacharelado e mestrado em Economia pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) e atualmente cursa um doutorado sobre a crise da dívida. Além disso, é colaboradora regular dos jornais Expresso Online e Jornal de Notícias. É muito crítica em relação às redes sociais. No entanto, utiliza as mais comuns em Portugal apenas como canais de informação, em vez de opinião. Também critica o culto excessivo da personalidade e elogia o funcionamento menos formal e mais horizontal do Bloco, em comparação com outros partidos. Essa é a razão pela qual é difícil eleger um líder português ou internacional quando questionada sobre suas principais referências.

Crítica à atual globalização econômica e financeira, sua prioridade política é reformar o mercado de trabalho e lutar contra a crescente precariedade das condições laborais. Também acredita que o Estado deve investir muito mais em serviços públicos, degradados após anos de cortes e austeridade. Em sua opinião, é necessário pôr fim à falsa ideia de que investir em serviços públicos é sinônimo de déficit ou descontrole das contas públicas. Finalmente, Mortágua considera urgente recuperar o controle de setores estratégicos: rede elétrica, infraestrutura de produção e transporte de energia, aeroportos, os serviços de correios, todos atualmente privatizados e nas mãos do capital estrangeiro.

Desafios políticos do futuro em Portugal

A crise financeira e a dívida que começou em 2007 teve Portugal como um dos países mais castigados. O resgate europeu foi administrado por um governo do Partido Social Democrata (PSD), de centro-direita, liderado por Pedro Passos Coelho, embora tenha sido designado por seu antecessor Partido Socialista (PS). Suas consequências foram sentidas na autoestima do país e foi assim que o PSD chegou ao poder, após uma eleição obtida sem maioria absoluta, em 2015. O atual primeiro-ministro, António Costa, chegou ao poder graças ao apoio externo do Partido Comunista e do Bloco de Esquerda, com uma mensagem contra a austeridade europeia que o seu antecessor aplicou com rigor.

Desde então, Portugal tem sido visto como um exemplo da alternativa ao rigor da austeridade, sem, no entanto, ter deixado de cumprir os objetivos de redução do déficit. O ministro das Finanças desse governo foi nomeado presidente do Eurogroupo, o clube informal de países que compartilham a moeda comum. De certa forma, Portugal tornou-se moda, algo que se reflete também em seu volume de turismo e na compra de moradias residenciais por parte de estrangeiros. Muitos deles bem conhecidos do público.

"Portugal ainda tem um sério problema de competitividade. Suas principais armadilhas são econômicas, porque politicamente é um país estável e respeitoso"

No entanto, Portugal ainda tem um sério problema de competitividade. Suas principais armadilhas são econômicas, porque politicamente é um país estável e respeitoso. Portanto, os líderes do futuro imediato deste país devem ter considerável conhecimento técnico, além de ter influência na União Europeia, instituição supranacional na qual residem as competências essenciais para o setor externo e a competitividade de sua indústria. Portugal joga no time da UE do futuro, especialmente se os ventos do Banco Central Europeu pararem de soprar. No momento, contam com nomes portugueses em importantes posições de poder na comunidade. É aqui que seus políticos devem tentar influenciar e se posicionar.

República Dominicana

Faride Raful

Deputada do Partido Revolucionário Moderno

O panorama político dominicano mudou de rumo em 2014, quando o histórico Partido Revolucionário Dominicano (PRD) sofreu uma divisão da qual nasceria o Partido Revolucionário Moderno (PRM), formação que obteve 35% dos votos nas eleições presidenciais de 2016 e um merecido segundo lugar nas eleições. É a esta formação a qual pertence Faride Raul, nascida em Santo Domingo, em 1979. Nessas mesmas eleições, obteve seu atual cargo de Deputada nacional, sendo eleita a mais votada representante do Distrito Nacional. No parlamento, destacou-se pela fiscalização da corrupção, especialmente aquelas relacionadas ao setor elétrico.

Tem formação jurídica, é graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica Madre e é especialista em Direito da Informação, Direito Autoral e Direitos Conexos pela Universidade de Salamanca (Espanha) e Universidade de Los Andes (Venezuela). Mais tarde, cursou um mestrado em Telecomunicações e Tecnologias da Informação na Universidade Espanhola Carlos III. Isso é parte de suas vocações e profissões, porque Raful é comunicadora e jornalista. Participa e participou, como apresentadora e analista, de programas como 'Oye País', 'Enfoque Final' e 'Contrarreloj'. Atualmente, produz e apresenta o programa de rádio 'Sin Tacones y Corbatas'. É uma entusiasta e usuária habitual das principais redes sociais.

Sua progressão política dentro do PRM foi muito rápida. Ainda no PRD, coordenou, em 2012, a campanha nacional do candidato Hipólito Mejía, tornando-se a primeira mulher a assumir essas funções nacionalmente. Atualmente, na última convenção ordinária interna, foi eleita Vice-Presidente Nacional, sendo a líder mais votada entre as mulheres de todo o país. Tanto durante seu papel legislativo quanto durante a atuação em suas outras funções, suas prioridades são três: denunciar a política de endividamento e a falta de controle dos gastos públicos, acabar com a impunidade e a injustiça social e modernizar o conteúdo da educação pública estadual.

Jean Alain Rodríguez

Procurador-Geral da República

Entre os altos cargos da República Dominicana, destaca-se a figura de Jean Alain Rodríguez, que atualmente ocupa o posto de Procurador Geral da República. Foi nomeado em 2016 pelo atual presidente, Danilo Medina, em cuja campanha presidencial desempenhou um importante papel político de coordenação e apoio. Tem sido, em geral, muito ativo em todas as eleições presidenciais desde 1996. Nascido em Santo Domingo, em 1975, começou ainda muito jovem sua vocação e militância política no partido fundado por Juan Bosch, sua referência de serviço público por sua liderança, convicções e visão inovadora.

Graduou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica Madre e Maestra (PUCMM), e posteriormente, cursou três mestrados em Direito pelas Universidades de Sorbonne (Paris), La Sapienza (Roma) e Escola Superior de Administração Pública (Roma), incluindo uma em Direito Penal da Administração Pública. É professor de Direito em várias faculdades e domina os idiomas inglês, francês e italiano, além de seu espanhol nativo. Em seu afã inovador, e apesar de ocupar uma posição sensível, usa regularmente as principais redes sociais.

Antes de ser nomeado Procurador-Geral da República, ocupou o cargo de Secretário de Estado e Diretor Executivo do Centro de Exportação e Investimento da República Dominicana (2012-2016), o de assessor jurídico da Direção Geral de Alfândegas (2004-2005) do Instituto Dominicano de Telecomunicações (Indotel) (2004-2009) e do Ministério do Turismo (2004-2006), o de advogado assistente do Departamento Fiscal do Distrito

Nacional (1997), juiz substituto e membro do Conselho Eleitoral do Distrito Nacional (2010-2012). Como prioridades para o seu país, destaca a necessidade de melhorar a educação e a profissionalização dos cidadãos, na urgência de implementar projetos que apoiem o desenvolvimento da iniciativa privada e o fortalecimento do Sistema Jurídico para lutar mais eficazmente contra o crime e a corrupção.

Andrés Navarro

Ministro da Educação da República Dominicana

De outra divisão anterior do PRD nasceu, em 1973, o Partido da Libertação Dominicana (PLD), a qual pertence o Presidente da República. Andrés Navarro comanda o Ministério da Educação desde 2016, após dois anos à frente da pasta de Relações Exteriores. Nascido em Bonao, República Dominicana, em 1964, Navarro é formado em Arquitetura pela Universidade Autônoma de Santo Domingo. Formação que foi complementada com estudos em Urbanismo pela Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) e com outros cursos em Medellín, Cidade da Guatemala, Bogotá, Quito e Universidade Complutense de Madri. Já em 2002, seguindo sua vocação política, estudou Governança e Políticas Públicas na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO).

Graças à sua formação, atuou como coordenador de vários planos urbanísticos, como o de Gestão e Planejamento Territorial da cidade de Santo Domingo, promovido por Guzmán, em 2008. Como escritor, dedicou vários livros ao assunto, o que o tornou um dos principais especialistas regionais. Suas referências políticas são, no entanto, conhecidas por suas atuações gerais. É o caso de Juan Bosch, fundador de seu partido, ou do monsenhor Arnulfo Romero, com quem compartilha uma sensibilidade social cristã, importante para explicar sua atividade pública. Fala inglês, além de seu espanhol nativo.

De viés moderado e progressista, sua prioridade, além de gerenciar e melhorar a educação pública a partir do Ministério que ocupa, é centrada no fortalecimento do tecido institucional do país, mudando a mentalidade de curto para uma visão de mais longo prazo que permita o planejamento; e no aprimoramento da relação com o território nacional para um tratamento socialmente responsável, economicamente benéfico, ecologicamente sustentável e politicamente democrático.

Karen Ricardo

Deputada do Partido da Libertação Dominicana

No Partido da Libertação Dominicana (PLD), atualmente no poder, também se destaca a figura da Deputada Karen Ricardo. Apesar de sua juventude (Santo Domingo, 1975), é Deputada no Congresso Nacional, eleita pela Província de Santo Domingo, Circunscrição 1, desde 2006, e está em seu terceiro mandato consecutivo, depois de ser reeleita em 2016. No entanto, seu ativismo político inicial é compatível com uma boa formação. É advogada graduada pela Universidade Autônoma de Santo Domingo (USAD) e possui mestrado em Administração Estatal pela Universidade de Cádiz. É egressa do Programa de Liderança em Gestão Pública oferecido pela Barna Management School, em parceria com a Universidade George Washington, dos Estados Unidos. Possui pós-graduação em Direito Civil pela USAD. Além disso, concluiu um curso de especialização em Propriedade Industrial e Intelectual no Brasil.

Sua atuação política, por outro lado, é focada na juventude. No Parlamento, presidiu a Comissão Permanente da Juventude e a Comissão Bicameral, que estudou o projeto de Partidos, Grupos Políticos e o Conselho Central Eleitoral, além de participar ativamente de ações nas áreas do Turismo, Esporte, Equidade de Gênero e Meio Ambiente. É proponente do Projeto de Lei do Estágio Juvenil ou Primeiro Emprego, que busca promover o desenvolvimento socioeconômico e humano da juventude dominicana, facilitando sua incorporação ao mercado de trabalho e ao sistema produtivo nacional. Entre suas iniciativas recentes está a "Quiero Empoderarte República Dominicana", que propõe a criação de um espaço que permita a interrelação direta dos cidadãos com os legisladores nos processos de apresentação de projetos, além de promover o empoderamento da cidadania.

De trato conciliatório e posições firmes, é usuária das principais redes sociais e tem como referências nacionais o fundador de seu partido, Juan Bosch, e o ex-presidente Joaquín Balaguer. No nível internacional, sua referência é Santa Teresa de Calcutá, porque a atual deputada também teve uma primeira vocação religiosa de serviço público que, finalmente, canalizou através do direito e da política.

Desafios políticos do futuro na República Dominicana

No contexto regional, a República Dominicana é um dos países mais estáveis e com melhores perspectivas econômicas. Ainda mais se levarmos em conta que o país compartilha uma ilha com o Haiti, um dos países mais pobres e degradados do continente. Economicamente, crescerá menos que os outros anos, mas ainda assim superará os 4% nos próximos trimestres. Além disso, continuará reduzindo a taxa de pobreza, que ainda excede os 30% da população. Politicamente, também há um clima de certeza. Em 2012, o país elegeu Danilo Medina, do Partido da Libertação Dominicana (PLD), que ganhou a reeleição em 2016. Antes disso, outro presidente do mesmo partido, Leonel Fernández, havia governado o país entre os anos de 2004 e 2008.

"Será necessário um crescimento que distribua mais e melhor a riqueza gerada. Deverá impor uma perspectiva social que mantenha a estabilidade política e sirva como vacina contra os ideais políticos extremos"

Os desafios que o futuro político imediato da República Dominicana pode vir a enfrentar tem a ver com a diminuição da pobreza, ainda alta, e com a distribuição mais inclusiva da riqueza, de modo a permitir a redução dos níveis de desigualdade. Por outro lado, devido à sua situação geográfica na zona de furacões e outros eventos extremos, o país torna-se mais vulnerável que outros a acontecimentos causados pelas mudanças climáticas. Nos próximos anos, deverá enfrentar uma profunda renovação das infraestruturas básicas relacionadas ao fornecimento de eletricidade e água, não apenas em razão dos fenômenos naturais, mas também para tornar sustentável o crescimento das suas principais indústrias, como a do turismo, e garantir o abastecimento da indústria agrícola e produção industrial.

Visto que a economia tem uma grande dívida, a República Dominicana ainda é vulnerável a choques externos, em um contexto regional que lhes é propício, com o aumento das taxas de juros dos Estados Unidos ou a recente guerra comercial. Portanto, os líderes dos próximos anos deverão apostar na diplomacia econômica do continente, assim como em um plano de infraestrutura que dê estabilidade ao modelo econômico. Para isso, e fazendo um paralelo com o ponto anterior, será importante promover investimentos que ofereçam segurança jurídica para tal. Por último, será necessário um crescimento que distribua mais e melhor a riqueza gerada, para o qual deverá impor uma perspectiva social que mantenha a estabilidade política e sirva como vacina contra os ideais políticos extremos que permearam outros países da região.

Gestão da Reputação, Comunicação e Assuntos Públicos

Lideres em Espanha, Portugal e na América Latina

A LLORENTE & CUENCA é a **consultoria líder em gestão da reputação, comunicação e assuntos públicos na Espanha, Portugal e América Latina**. Com **21 sócios e mais de 500 profissionais**, que prestam serviços de consultoria estratégica a empresas de todos os setores de atividade, com operações voltadas para o mundo de língua espanhola e portuguesa.

Atualmente, possui escritórios na **Argentina, Brasil** (São Paulo e Rio de Janeiro), **Colômbia, Chile, Equador, Espanha** (Madrid e Barcelona), **Estados Unidos** (Miami, Nova York e Washington, DC), **México, Panamá, Peru, Portugal e República Dominicana**. Além disso, opera em Cuba e oferece seus serviços através de empresas afiliadas na Bolívia, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Costa Rica, Guatemala, Honduras, El Salvador e Nicarágua.

As duas principais publicações do setor posicionam a LLORENTE & CUENCA entre as mais importantes empresas de comunicação do mundo. É o número 44 em termos de renda em todo o mundo, de acordo com o Global Agency Business Report 2018 da *PRWeek* e ocupa a 49ª posição no Ranking Global 2018, preparado pelo *The Holmes Report*.

Entre os reconhecimentos obtidos pela reputação e resultados de negócios de seus clientes, destacam-se a Melhor Agência do Ano 2017, segundo o ranking *El Publicista*, e o prêmio de **Agência do Ano na América Latina** (Latin American Excellence Awards 2017) .

Equipe de especialistas

Joan Navarro é Sócio e Vice-Presidente de Relações Públicas da LLORENTE &CUENCA. É graduado em Sociologia pela Universidade Nacional de Educação a Distância (UNED), certificado pelo Programa de Direção Geral (PDG) do IESE - Universidade de Navarra, é especialista em comunicação política e relações públicas. De 2004 a 2007, foi chefe de gabinete do ministro de Administração Pública e em 2010, reconhecido como uma das 100 pessoas mais influentes pela *Revista El País Semanal*. É fundador do Fórum + Democracia, entidade que promove mudanças institucionais para melhorar o funcionamento democrático, além de desenvolver atividades ligadas ao ensino em diversos centros universitários, atuar como membro da seção Espanhola do Strategic and Competitive Intelligence Professional (SCIP) e colaborador no jornal *El País*.

jnavarro@llorenteycuenca.com

Na preparação deste estudo, participaram as áreas de Relações Públicas da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Espanha, México, Panamá, Peru, Portugal e República Dominicana da LLORENTE & CUENCA.

www.llorenteycuenca.com

S/A LLORENTE & CUENCA

DIREÇÃO CORPORATIVA

José Antonio Llorente
Sócio fundador e presidente
jallorente@llorenteycuenca.com

Enrique González
Sócio e CFO
egonzalez@llorenteycuenca.com

Adolfo Corujo
Sócio e diretor geral corporativo de Talento, Organização e Inovação
acorujo@llorenteycuenca.com

Carmen Gómez Menor
Diretora Corporativa
cgomez@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO AMÉRICAS

Alejandro Romero
Sócio e CEO Américas
aromero@llorenteycuenca.com

Luisa García
Sócia e COO América Latina
lgarcia@llorenteycuenca.com

José Luis Di Girolamo
Sócio e CFO América Latina
jldgirolamo@llorenteycuenca.com

Antonieta Mendoza de López
Vice-presidente da Advocacy LatAm
amendozalopez@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO DE TALENTO

Daniel Moreno
Diretor de Talento
dmoreno@llorenteycuenca.com

Karla Rogel
Diretora de Talento para a Região Norte
krogel@llorenteycuenca.com

Marjorie Barrientos
Diretora de Talento para a Região Andina
mbarrientos@llorenteycuenca.com

Laureana Navarro
Diretora de Talento para a Região Sul
lnavarro@llorenteycuenca.com

ESPANHA E PORTUGAL

Arturo Pinedo
Sócio e diretor geral
apinedo@llorenteycuenca.com

Goyo Panadero
Sócio e diretor geral
gpanadero@llorenteycuenca.com

Barcelona

María Cura
Sócia e diretora geral
mcura@llorenteycuenca.com

Muntaner, 240-242, 1º-1ª
08021 Barcelona
Tel. +34 93 217 22 17

Madrid

Joan Navarro
Sócio e vice-presidente Assuntos Públicos
jnavarro@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla
Sócio e Diretor Sênior Esporte e Estratégia de Negócio
amoratalla@llorenteycuenca.com

Iván Pino
Sócio e Diretor Sênior Digital
ipino@llorenteycuenca.com

Jordi Sevilla
Vice-presidente de Contexto Econômico
jsevilla@llorenteycuenca.com

Claudio Vallejo
Diretor Sênior Latam Desk
cvallejo@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 - planta 3
28001 Madrid
Tel. +34 91 563 77 22

Impossible Tellers

Ana Folgueira
Diretora geral
ana@impossibletellers.com

Lagasca, 88 - planta 3
28001 Madrid
Tel. +34 91 438 42 95

Cink

Sergio Cortés
Sócio. Fundador e presidente
scortes@cink.es

Muntaner, 240, 1º-1ª
08021 Barcelona
Tel. +34 93 348 84 28

Lisboa

Tiago Vidal
Sócio e diretor geral
tvidal@llorenteycuenca.com

Avenida da Liberdade nº225, 5º Esq.
1250-142 Lisboa
Tel. + 351 21 923 97 00

EUA

Erich de la Fuente
Sócio e CEO
edelafuente@llorenteycuenca.com

Miami

Erich de la Fuente
edelafuente@llorenteycuenca.com

600 Brickell Ave.
Suite 2020
Miami, FL 33131
Tel. +1 786 590 1000

Nova Iorque

Gerard Guiu
Diretor de desenvolvimento de negócios internacionais
gguiu@llorenteycuenca.com

Abernathy MacGregor
277 Park Avenue, 39th Floor
New York, NY 10172
Tel. +1 212 371 5999 (ext. 374)

Washington, DC

Ana Gamonal
Diretora
agamonal@llorenteycuenca.com

10705 Rosehaven Street
Fairfax, VA 22030
Washington, DC
Tel. +1 703 505 4211

MÉXICO, AMÉRICA CENTRAL E CARIBE

Javier Rosado
Sócio e Diretor Geral Região Norte
jrosado@llorenteycuenca.com

Cidade do México

Juan Arteaga
Diretor geral
jarteaga@llorenteycuenca.com

Rogelio Blanco
Diretor geral
rblanco@llorenteycuenca.com

Bernardo Quintana Kawage
Presidente Conselheiro e Membro do Comitê de Direção
bquintanak@llorenteycuenca.com

Av. Paseo de la Reforma 412, Piso 14,
Col. Juárez, Del. Cuauhtémoc
CP 06600, Cidade do México
Tel. +52 55 5257 1084

A Havana

Pau Solanilla
psolanilla@llorenteycuenca.com

Sortis Business Tower, piso 9
Calle 57, Obarrio - Panamá
Tel. +507 206 5200

Panamá

Pau Solanilla
Diretor geral
psolanilla@llorenteycuenca.com

Sortis Business Tower, piso 9
Calle 57, Obarrio - Panamá
Tel. +507 206 5200

Santo Domingo

Iban Campo
Diretor geral
icampo@llorenteycuenca.com

Av. Abraham Lincoln 1069
Torre Ejecutiva Sonora, planta 7
Tel. +1 809 6161975

REGIÃO ANDINA

Bogotá

María Esteve
Sócia e diretora geral
mesteve@llorenteycuenca.com

Av. Calle 82 # 9-65 Piso 4
Bogotá D.C. – Colombia
Tel: +57 1 7438000

Lima

Luis Miguel Peña
Sócio e diretor sênior
lmpena@llorenteycuenca.com

Av. Andrés Reyes 420, piso 7
San Isidro
Tel. +51 1 2229491

Quito

Carlos Llanos
Diretor Geral
cllanos@llorenteycuenca.com

Alejandra Rivas
Presidente
arivas@llorenteycuenca.com

Avda. 12 de Octubre N24-528 y Cordero – Edificio World Trade Center – Torre B - piso 11
Tel. +593 2 2565820

Santiago de Chile

Constanza Téllez
Diretora Geral
ctellez@llorenteycuenca.com

Francisco Aylwin
Presidente
faylwin@llorenteycuenca.com

Magdalena 140, Oficina 1801.
Las Condes.
Tel. +56 22 207 32 00

AMÉRICA DO SUL

Buenos Aires

Mariano Vila
Diretor geral
mvila@llorenteycuenca.com

Av. Corrientes 222, piso 8. C1043AAP
Tel. +54 11 5556 0700

Rio de Janeiro

Cleber Martins
clebermartins@llorenteycuenca.com

Ladeira da Glória, 26
Estúdio 244 e 246 - Glória
Rio de Janeiro - RJ
Tel. +55 21 3797 6400

São Paulo

Cleber Martins
Diretor geral
clebermartins@llorenteycuenca.com

Juan Carlos Gozzer
Diretor Regional de Inovação
jcgozzer@llorenteycuenca.com

Rua Oscar Freire, 379, Cj 111,
Cerqueira César SP - 01426-001
Tel. +55 11 3060 3390

d+i desenvolvendo ideias
LLORENTE & CUENCA

Desenvolvendo Ideias é o Departamento de Liderança através do Conhecimento da LLORENTE & CUENCA.

Porque estamos testemunhando um novo modelo macroeconômico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

Desenvolvendo Ideias é uma combinação global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, se concentra e transmite os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

Porque a realidade não é preta ou branca existe **Desenvolvendo Ideias** na LLORENTE & CUENCA

www.desenvolvendo-ideias.com
www.revista-uno.com.br